

VOLUME DEZESSEIS / NÚMERO DOIS / 1992

# desenvolvimento de base

REVISTA DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA



TEMA ESPECIAL: Os nativos das Américas e o Quinto Centenário

A Fundação Interamericana, criada pelo Governo dos Estados Unidos em 1969, presta apoio financeiro direto a iniciativas de auto-ajuda da população pobre da América Latina e do Caribe. A Fundação concede anualmente cerca de 200 doações para projetos em mais de 25 países. Aproximadamente metade de seus recursos provém de dotações do Congresso e o restante é proporcionado pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Escritório de Aprendizagem e Divulgação da Fundação Interamericana publica *Desenvolvimento de Base* em inglês, espanhol e português. Tem por fim explorar formas de assistência ao desenvolvimento que possam contribuir mais efetivamente para os esforços de auto-ajuda. Relata como se organizam e trabalham os grupos de baixa renda da América Latina e do Caribe para melhorar sua vida. Os artigos publicados em *Desenvolvimento de Base* baseiam-se fundamentalmente na experiência da Fundação Interamericana e dos grupos aos quais assiste. Contudo, a revista recebe de bom grado colaborações de pessoas não vinculadas à Fundação. Os colaboradores interessados deverão solicitar nossas "Instruções aos autores".

Salvo indicação em contrário, o material publicado em *Desenvolvimento de Base* é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. Requer-se, porém, autorização para reproduzir fotografias. Solicita-se menção da fonte e uma cópia de qualquer reprodução.

*Desenvolvimento de Base* é publicação incluída no *Standard Periodical Directory*, no *Public Affairs Information Service Bulletin*, no *Hispanic American Periodical Index (HAPI)* e no banco de dados *Agricultural Online Access (WORLD)*. Cópias atrasadas podem ser obtidas em microfilme da *University Microfilms International*, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, EUA.

Endereço para pedidos de assinatura da revista:

Desenvolvimento de Base  
Fundação Interamericana  
901 N. Stuart Street, 10º andar  
Arlington, VA 22203, EUA

Presidente: Embaixador Bill K. Perrin

Editor interino: Ron Weber  
Edição em português e espanhol: Leyda P. Appel  
Tradução ao português: João Francisco Bezerra  
Coordenadora de produção: Maria E. Barry  
Gráfica e assistência em publicação: Marnie S. Morrione

Desenho da capa: Robert Borja

Dirigir pedido de número limitado de exemplares atrasados desta publicação a:

TESE  
Comércio Exterior e Serviços Ltda.  
Rua Debret, 79 GR/501  
CEP 20030 Rio de Janeiro, Brasil

# desenvolvimento de base

---

REVISTA DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA

Volume 16, Nº 2, 1992

**Tema especial: Os nativos das Américas e o Quinto Centenário**

- |  |    |   |
|--|----|---|
| <i>Mac Chapin</i>  | 2  | <b>A perspectiva de lá da terra firme: Os indígenas centro-americanos e o Quinto Centenário</b><br>Os americanos nativos lutam contra o tempo para organizar a defesa das suas terras incultas para os próximos 500 anos. |
| <i>Anthony Bebbington,<br/>Hernán Carrasco,<br/>Lourdes Peralvo, Galo<br/>Ramón, Víctor Hugo<br/>Torres e Jorge Trujillo</i> | 12 | <b>Do protesto à produtividade: A evolução das federações indígenas no Equador</b><br>Vencer a luta pelos direitos sociais requer capacitação econômica.  |
| <i>Kevin Healy</i>   | 22 | <b>De volta ao futuro: Etnodesenvolvimento entre os Jalq'a da Bolívia</b><br>Dois antropólogos embarcam numa viagem de descoberta na América pré-colombiana que termina em parceria e não em conquista.                   |
| <b>Relatório de Pesquisa</b>   | 32 | Segurança de alimentos e desenvolvimento no Haiti   |
| <b>Forum</b>   | 38 | A voz da Amazônia equatoriana<br><i>Miguel Puwainchir</i>   |
| <b>A marcha do desenvolvimento</b>   | 40 |   |
| <b>Livros</b>  | 43 | O Banco Mundial concentra-se no modo como a participação local facilita o desenvolvimento sustentável.  |
| <b>Recursos</b>  | 45 | Materiais úteis sobre os esforços dos americanos nativos de hoje para escrever a própria história.  |

*A preservação das florestas tropicais  
restantes depende da redescoberta dos  
seus habitantes indígenas*

# A PERSPECTIVA DE LÁ DA TERRA FIRME

## Os indígenas centro-americanos e o Quinto Centenário

Mac Chapin

**N**a noite de 11 de outubro de 1492, depois de quase três meses no mar, Cristóvão Colombo, em pé na proa da nau Pinta, discerniu, ao longe, o que parecia ser uma luz. Duas horas depois da meia-noite, avistou-se terra e na manhã seguinte um grupo aportou numa ilha, em algum lugar (até hoje se discute o ponto exato) na periferia do Mar das Antilhas. Este acontecimento em si mesmo — a chegada de três pequenos navios espanhóis ao que seria chamado o Novo Mundo — não passava de uma cabeça de alfinete no fluxo da história global e, no entanto, teve profundas consequências para todos os participantes, especialmente para os que ainda haveriam de vir. Naquele momento, ninguém poderia adivinhar que este desembarque significaria o fim do controle sobre o hemisfério por parte dos seus habitantes nativos e seria o prenúncio da dominação européia. E certamente ninguém haveria de prever o

início de um processo de mestiçagem de 500 anos, contorcido e deformado, nem como esse cruzamento ao longo das linhas biológica, cultural e política deixaria uma marca indelével sobre sucessivas gerações de americanos.

A se ressaltar a importância do Quinto Centenário como evento intelectual e espiritual, surge uma riqueza de materiais que se acumula à medida que se aproxima o fim de 1992. Já há um vasto conjunto de imagens e idéias sob a forma de artigos eruditos, ensaios e volumes repletos de inspiração, escritos por historiadores, geógrafos, etnobotanistas, filósofos, poetas, romancistas e diplomatas sob diversos títulos.

Entretanto, além de um certo protesto esporádico, muito pouco dessa atividade envolve indígenas. Eles escreveram alguns artigos que estão sendo publicados, mas pouco tem aparecido na imprensa, de qualquer

procedência, que tente fazer a série de perguntas (e muito menos a elas responder), provocada pelo Quinto Centenário, a partir da perspectiva dos indígenas contemporâneos (em oposição aos indígenas históricos, amplamente representados). Uma revisão sumária das declarações de assistência financeira para todos os tipos de projetos relacionados com o Quinto Centenário revela poucas atividades que incluam indígenas vivos. A maioria delas está sendo organizada por indígenas para não-indígenas. Por exemplo, alguém patrocinou a construção, pelos Caraíbas da Dominica, de uma canoa de guerra de 18 metros a ser remada quase 1.000 km a São Domingos, onde se encontrarão com réplicas das naus Santa Maria, Pinta e Nina. Naturalmente, não há descendentes vivos dos habitantes originais da República Dominicana e esta reconstrução de um evento histórico imaginário não é autoria dos seus participantes. Se, na realidade, a chegada de Colombo foi “um encontro de dois mundos”, parece apenas justo que se ouçam do mundo indígena de hoje algumas palavras sobre o seu sentido — para conseguir, como expressou um amigo indígena, “a perspectiva de lá da terra firme”.

Como era de se esperar, muitos americanos nativos são profundamente ambivalentes a respeito do Quinto Centenário da chegada de Colombo e a maioria não teria nenhum motivo para festejar, se tivesse qualquer idéia de que se preparava uma cerimônia comemorativa. Afinal de contas, sejam quais forem os eufemismos escolhidos para descrever esse primeiro desembarque, o que aconteceu em seguida foi, sem dúvida alguma, uma conquista rápida e devastadora. No curto prazo de algumas décadas, grandes segmentos da população nativa foi esmagada e colocada sob o jugo dos invasores. Os que escaparam à dominação ou viviam em lugares inacessíveis ou fugiram para lugares remotos e geralmente inóspitos, fora do alcance ou interesse dos intrusos. Nos primeiros anos, ocorreu uma verdadeira destruição nas áreas de contato imediato.

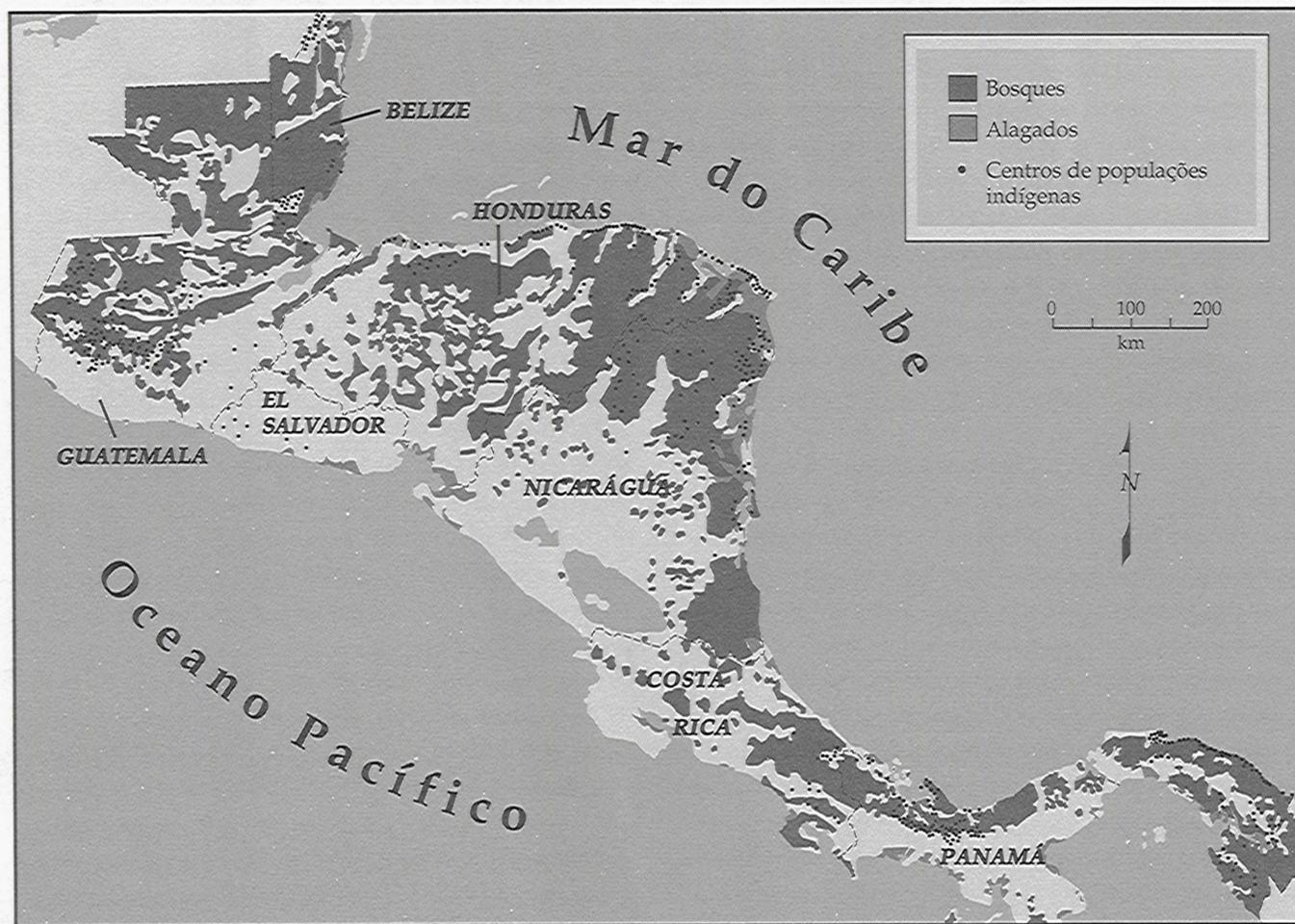
Embora a brutalidade dos conquistadores tenha indubitavelmente contribuído para o número elevado de mortes no início, os inimigos mais implacáveis dos nativos surgiram sob a forma de epidemias (Crosby, 1972; McNeil, 1976). Em todas as partes os indígenas caíram vítimas da varíola, catapora, sarampo, tuberculose, malária, febre amarela — doenças relativamente benignas na Europa, mas mortíferas para os habitantes das Américas, cujo isolamento geográfico os deixava sem imuni-

dade contra contatos anteriores. O núcleo do Império Mexica ou Azteca foi reduzido de quase três milhões de habitantes na época da chegada de Cortez a cerca de 700.000 no fim do Século XVII. As doenças epidêmicas formavam o que o historiador Murdo MacLeod (1973) chamou de “as tropas de choque da conquista”, sendo levadas com os espanhóis no seu trajeto pelo Istmo Centro-Americano, em todas as partes deixando atrás de si um véu de morte e destruição. Com exceção de minúsculos enclaves na Dominica e em Cuba, os povos indígenas do Caribe, os habitantes das ilhas encontrados por Colombo, desapareceram. Nos 100 primeiros anos após o encontro dos dois mundos, as populações indígenas do Sul estavam, em grande parte, dizimadas, desmoralizadas e confusas; as suas instituições políticas despedaçadas; e os seus sistemas agrícolas abandonados. Os maltrapilhos remanescentes literalmente não sabiam o que lhes tinha atingido.

A maior parte desta história tem sido bem documentada por historiadores e o Quinto Centenário a colocará em grande destaque; e, do seu lado, os militantes indígenas de diversos cantos do hemisfério levantaram a voz coletiva em protesto e para pedir uma retificação. Embora tudo isso seja apropriado e importante, o que reverbera é o silêncio sobre a condição dos indígenas contemporâneos, a aparente falta de interesse na situação dos descendentes vivos dos habitantes originais da região. São as pessoas que conseguiram sobreviver séculos de pestilência e violência, escravidão e trabalhos forçados, bem como programas de assimilação cultural. Hoje representam uma grande camada da riqueza e diversidade da vida nas Américas e, no entanto, quase todos nós sabemos pouco mais do que nada sobre quem são eles ou como organizam a própria vida. Alguns desses grupos são bastante pequenos, mas estão começando a unir-se para revitalizar as suas culturas tradicionais e defender os direitos à própria terra. Como essa terra inclui grande parte das florestas tropicais restantes no mundo, o seu êxito é de importância vital para todos os filhos de Colombo e talvez para o destino da vida do planeta.

## O INDÍGENA DESCONHECIDO DA AMÉRICA LATINA

Só na América Latina há certa de 40 milhões de pessoas que se identificam como indígenas e, após séculos de declínio, esse número vem aumentando constante-



Adaptado de *Indigenous Peoples and the Natural Environment*, publicado pela National Geographic Society e Cultural Survival. Para maiores informações sobre este mapa, ver Recursos, na página 45 deste número de *Desenvolvimento de Base*.

mente nas últimas décadas. Em alguns países, como a Guatemala, Peru e Bolívia, representam quase metade da população; no outro extremo, menos de 1% da população do Brasil e da Costa Rica é considerado indígena. Porém, em qualquer parte da região, sejam encontrados em grandes grupos ou pequenas minorias, os indígenas tendem a levar uma vida pacata, reservada e freqüentemente isolada. Os que vivem em grandes números nos arredores das cidades, vagueando pela paisagem urbana, raramente são percebidos. Mesmo os que sobressaem visualmente — como os habitantes da floresta amazônica e as mulheres de roupas coloridas dos altiplanos da Guatemala — raramente ultrapassam a classificação de imagens superficiais. Poucos sabemos sobre o seu *modus vivendi* e temos acesso reduzido à sua maneira de pensar. Tal como o protagonista negro do romance de Ralph Ellison, pas-

sado nos Estados Unidos, os habitantes originais das Américas tornaram-se invisíveis.

Muitos indígenas da América Latina escolheram o exílio, ao passo que outros foram empurrados para a zona rural por forças hostis. Estes últimos grupos são geralmente encontrados em áreas denominadas, com muita propriedade, de “regiões de refúgio” por Gonzalo Aguirre Beltrán (1967), antropólogo mexicano; vivem em pequenas comunidades apertadas contra encostas montanhosas desoladas; dispersos através de desertos ásperez e sem vestígios; ou enfiados nas profundidades das espessas florestas tropicais. A subsistência nesses ambientes é difícil, a dureza e privação são a via de regra. Estradas, escolas, cuidados da saúde e eletricidade são inferiores à média ou ausentes. Mesmo os indígenas que emigraram para as grandes e pequenas cidades em busca de emprego

nos últimos anos tendem a permanecer isolados e viver nas periferias ganhando duramente a vida por meio de trabalho ocasional.

Em nenhum outro lugar este isolamento tem sido mais evidente do que na América Central. Toda a região era, na sua maior parte, desconhecida ao mundo externo até 1979, quando os sandinistas derrubaram Anastasio Somoza, na Nicarágua, e um golpe em El Salvador deu início a uma guerra civil de uma década, recentemente terminada em impasse, porque ambos os lados estão demasiadamente exaustos para continuar a lutar. Durante a década de 80, todos os países da América Central têm aparecido repetidamente na televisão em todo o mundo e muitos personagens militares e políticos da região tornaram-se fisionomias conhecidas. Têm-se publicados vários livros e muito se tem escrito em jornais e revistas. A compreensão a respeito da região aumentou exponencialmente e o panorama composto resultante — morte, violência e desintegração econômica — é, infelizmente, muito real, como podem comprovar os habitantes da região. No entanto, muito poucas pessoas — inclusive os próprios centro-americanos — podem dizer muito dos povos indígenas da região.

Há muito para se dizer. A América Central é uma região de diversidade cultural considerável, com uma população indígena de 4 a 5,5 milhões, espalhada em 45 grupos étnico-linguísticos diferentes. Independentemente da estimativa mais exata, destacam-se dois fatos complementares. Primeiro, os indígenas constituem de 16 a 22% da população total da região de 25 milhões de habitantes. E, segundo, o número absoluto de indígenas vem aumentando em quase todos os países nas últimas décadas.

A maioria dos indígenas da América Central reside em duas áreas separadas e de difícil acesso: os altiplanos vulcânicos salientes da Guatemala e a planície costeira de florestas densas do Caribe, que se estende de Belize ao Panamá e à fronteira com a Colômbia. Os indígenas refugiaram-se nessas áreas na época colonial para manter a sua autonomia e modo de vida. No correr dos séculos, foram gradualmente empurrados e deslocados, forçados em círculos cada vez mais estreitos através dos planaltos densamente povoados da Guatemala e ainda mais adentro nas matas úmidas do litoral caribenho. Esses esconderijos permaneceram relativamente inacessíveis à incursão externa até recentemente, quando as forças liberadas pelas economias de mercado nacionais e internacionais

uniram-se ao impacto das novas tecnologias para lançar um assalto contra a base restante da região de recursos naturais intocados. E agora os últimos redutos da floresta tropical e o modo de vida dos indígenas que nela habitam vêm-se ameaçados pelos madeireiros, pecuaristas e agricultores sem terra que avançam.

O maior bloco de indígenas da América Central concentra-se nos altiplanos e ao longo da faixa de planície ao norte da Guatemala, onde 4,5 milhões deles estão divididos em 22 diferentes grupos de língua maia. São culturalmente diversos e têm sido objeto de estudo de antropólogos, geógrafos, historiadores, biólogos e outros pesquisadores. Há décadas, turistas em busca de tecelagens coloridas têm também sido visitantes freqüentes dos mercados do altiplano. Relatos de violência e massacres brutais contra os indígenas do país nos últimos anos têm sido amplamente descritos em livros, artigos e documentários. Cumpre afirmar que sabemos algo desses povos e da sua luta.

Mas o que dizer dos outros grupos de indígenas da América Central? A pequena quantidade de dados existentes está espalhada em publicações obscuras e relatórios de circulação limitada. Conseqüentemente, a maioria desses grupos não é muito conhecida, mesmo no próprio país. Com exceção dos Miskitos, que adquiriram certa fama em suas guerrilhas contra os sandinistas na Nicarágua, e os Kunas, do Panamá, que vêm há muito tempo sendo estudados por antropólogos e fotografados por turistas pelas suas vestes nativas coloridas, os outros indígenas centro-americanos, de modo geral, não são mencionados. Entre eles estão os Ramas, os Sumus e os Garífunas, da Nicarágua. No Panamá, os Kunas são simplesmente a tribo mais próspera e mais bem-organizada de seis grupos, incluindo os Guaymís, Teribes (Térraba), Bribris, Emberás e Wounaans.

Em Belize, os Maias Yucatec ocupam o extremo norte do país, contíguo ao México. Os outros dois grupos maias, os Kekchís e os Mopáns, vivem em semi-isolamento no distrito mais ao sul de Toledo. Os Garífunas, uma fusão racial e cultural de caraíbas e escravos africanos fugidos que falam o arawak, um idioma indígena, vivem numa série de cinco aldeias e numa cidade grande, Dangriga, ao longo da costa sul do país. Os Garífunas, na realidade, encontram-se todos no litoral da América Central, de Belize à Guatemala e Honduras, até mesmo na Nicarágua.

A maior parte da população indígena de Honduras

reside no nordeste, no território conhecido como Mosquitia. Seguindo o padrão estabelecido em outras partes da América Central, mais de 80.000 Garífunas vivem dispersos ao longo do litoral caribenho. O território dos Miskitos fica perto da fronteira com a Nicarágua, ao passo que, no interior, seguindo as bacias fluviais principais, encontram-se os Pesch e os Tawahka Sumu. Dois ramos da tribo Xicaque (Tol) vivem para o oeste, ocupando os altiplanos montanhosos do Departamento de Yoro e na região mais isolada da Montaña de la Flor, enquanto os Chortís, grupo fortemente aculturado, estão perto da fronteira guatemalteca. Para o sul, próximo a El Salvador, os Lencas, dispersos, perderam o seu idioma mas mantêm muitas das suas tradições culturais.

Os salvadorenos negam categoricamente a existência de quaisquer indígenas entre eles — embora vivam em seu território cerca de 500.000 pessoas que adotam essa denominação. Outrora os únicos proprietários do território que atualmente abrange o país, os *naturales*, como são chamados, foram despojados praticamente de tudo o que possuíam antes da Conquista. Perderam a terra e com ela o idioma nativo, a maior parte da cultura tradicional, a autonomia e até mesmo a auto-estima. Hoje, a maioria vive em dificuldades, complementando os cultivos de subsistência que plantam em seus pequenos lotes arrendados com salários de trabalho sazonal nas plantações de café e cana-de-açúcar. O único vestígio do antigo padrão de propriedade comunitária da terra é um único lote de aproximadamente oito hectares, de posse da população de Santo Domingo de Guzmán, cidade no extremo ocidental do país. Anualmente, as autoridades da comunidade subdividem o lote entre mais de 100 agricultores, considerados como os mais necessitados da cidade, para plantarem cultivos alimentares a fim de complementar as deficientes dietas.

A população diversificada de indígenas da Costa Rica, elevando-se a pouco mais de 30.000, está dispersa no interior em pequenos bolsos, para os quais vêm sendo inexoravelmente impelidas desde a época da Conquista. Recebem a proteção limitada de 21 reservas circunscritas e vários órgãos públicos mantêm programas pequenos e subfinanciados para eles. Os indígenas, porém, são em grande parte ignorados pela sociedade costarrriquenha, aparecendo de relance como selvagens pré-hispânicos, por exemplo, nos manuais de história e depois desaparecendo como se não existissem mais.

A maioria desses grupos indígenas centro-america-

nos vivem em situação de pobreza crônica e carecem de serviços sociais básicos, como cuidados da saúde e educação. O analfabetismo é generalizado e, mesmo onde há escolas, a qualidade do ensino e dos materiais é, de modo geral, deplorável. Na Costa Rica, que lidera a região com uma taxa nacional de alfabetização acima de 80%, a população indígena apresenta uma taxa de alfabetização funcional pouco acima de 20%. Muitos indígenas centro-americanos falam agora o espanhol como idioma nativo, mas freqüentemente vacilante. Um número surpreendente limita-se ao próprio idioma e, portanto, raramente saem da esfera das suas comunidades remotas.

## ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS INCIPIENTES

Apesar destas condições difíceis, diversos grupos centro-americanos, como parte de uma tendência mais ampla que vem afetando todo o hemisfério nos últimos 20 anos, começaram a organizar-se para defender os próprios interesses frente ao mundo externo. É significativo observar que este movimento incipiente ganhou ímpeto de atividades de base durante a década de 80. Em Belize, os Garífunas formaram o Conselho Nacional Garífuna e os Kekchís e os Mopán Maias criaram o Conselho Cultural Maia de Toledo. Por sua vez, esses conselhos ajudaram a criar a Organização Caribenha de Povos Indígenas (OCPI), que também inclui grupos recém-formados da Dominica, São Vicente e Guiana.

Os povos Cabécar e Bribri, da Costa Rica, estão ressuscitando a tradição dos “conselhos de awapa” ou conselhos dos mais velhos, como meio de criar a coesão comunitária, fortalecer os valores culturais e defender os direitos tribais contra estranhos.

Os Kunas, do Panamá, que gozam de uma longa tradição de organização política sólida, começaram a servir como assessores dos Emberás, dos Wounaans e dos Guaymís no início da década de 70. Em consequência dessa colaboração, cada grupo cria um “congresso geral”, ou seja, um órgão representativo e deliberativo segundo o modelo Kuna.

Mesmo no ambiente difícil de El Salvador, ouvem-se leves murmúrios de populações indígenas há muito dormentes que passaram a viver uma vida oculta após o massacre selvagem de 1932. Naquele ano, no departamento de Sonsonate, ao oeste, soldados juntaram e fuzi-

laram, no espaço de alguns dias, cerca de 30.000 pessoas com características raciais e vestimentas “indígenas”, inclusive mulheres e crianças. Só recentemente surgiu, em meio à guerra civil do país, a *Asociación Nacional Indígena Salvadoreña*; e os promotores indígenas começaram a trabalhar, embora cautelosamente, com projetos de desenvolvimento de pequena escala nas comunidades rurais de Sonsonate.

Honduras é sede de várias federações indígenas, como as seguintes: *Organización Fraternal de Negros de Honduras*, estabelecida pelos Garífunas; a *Federación de Tribus Xicaques de Yoro*, a *Federación de Tribus Indígenas Pesch de Honduras*, a *Organización Nacional Indígena Lenca de Honduras* e a *Mosquitia Asla Takanka*, que representa os Miskitos.

A Guatemala apresenta um panorama muito mais complexo e trágico. Após milhares de indígenas terem perdido a vida em violência brutal que assolou o país do fim da década de 70 ao início da de 80, a liderança nos altiplanos foi extinta ou forçada ao exílio. A violência amainou durante certa época, mas recrudescceu novamente no fim da década. Muitas áreas do altiplano ainda estão fortemente militarizadas e o assassinio brutal de povos indígenas ressurgiu abertamente nos últimos dois anos. Neste contexto, a atmosfera predominante de tensão e incerteza restringiu severamente a organização dos indígenas em torno de questões sociais ou políticas ou até mesmo desenvolvimento comunitário.

## TERRA E RECURSOS NATURAIS

O cinturão de floresta tropical ao longo da Costa Atlântica da América Central forma uma ponte que liga os ecossistemas continentais maciços das Américas do Norte e do Sul. Uma recente avaliação da região assim expressa:

*Em termos de puros números de espécies, as áreas de floresta tropical relativamente pequenas da América Central estão entre os mais ricos habitats da terra. No conjunto, Honduras abriga, no mínimo, 700 espécies de pássaros, 112 de mamíferos e 196 de répteis e anfíbios. Da mesma forma, afirma-se que a rica fauna da Guatemala inclui 600 espécies de pássaros, 250 de mamíferos (inclusive 28 tipos de animais de caça) e 200 de répteis e anfíbios. A lista mais recente da Costa Rica*

*inclui 848 espécies, ao passo que o Panamá atinge 880 — mais do que se encontra em todo o Hemisfério Ocidental ao norte do Trópico do Câncer. Belize, quase do tamanho do Estado de Delaware, tem aproximadamente 533 espécies de pássaros, apesar de ter poucas espécies montanhesas [Leonard, 1987].*

Infelizmente, tal riqueza natural está desaparecendo rapidamente. Resta apenas um manto puído da outrora densa capa florestal. Mais alarmante ainda é a rapidez desse desmatamento. No mínimo, dois terços da área florestal inicialmente colonizada pelos povos aborígenes há 10.000 anos foram devastados desde 1950; e o ritmo de destruição vem-se acelerando em cada década nos últimos 40 anos. Crescimento exponencial da população, esquemas comerciais que utilizam novas tecnologias e avanços na saúde pública e no controle de insetos uniram-se para abrir estas zonas outrora inóspitas ao assentamento de pecuaristas e camponeses sem terra. Empresas estrangeiras, com pouca consideração pelo uso sustentável do meio ambiente natural da região e da sobrevivência dos seus habitantes nativos, penetram cada vez mais nos redutos restantes em busca de madeira barata, petróleo e minerais preciosos. À medida que avançam essas forças, as populações indígenas vêem-se encurraladas.

Até recentemente, a região dispunha de uma floresta considerável não reclamada por ninguém, nas quais as tribos podiam expandir-se ou procurar refúgio. Entretanto, a população da América Central aumentou de aproximadamente 3,7 milhões no início do século para mais de 25 milhões hoje em dia; se a tendência atual continuar, esse número duplicará em 2010. Atingiu-se o ponto em que desapareceu a maior parte das regiões incultas restantes e não há mais terras remotas para onde se possam retirar os grupos indígenas para evitar os forasteiros. Ao diminuir os espaços habitacionais e serem bloqueadas as suas rotas de fuga, enfrentam dificuldades cada vez maiores na luta pela sobrevivência.

Confrontados por essas pressões, os indígenas de toda a região começaram a fazer pé firme e organizar-se. Os indígenas de El Salvador vêm promovendo uma campanha, com sucesso parcial, pela obtenção de terras comunais ao nível comunitário, trabalhando no contexto do programa nacional de reforma agrária. Em Honduras, um punhado de federações — a maioria recém-formada — vem trabalhando em conjunto com uma organização de apoio chamada MOPAWI (sigla que, no idioma Miskito,

significa “desenvolvimento de Mosquitia”) para conseguir o título das suas terras e sustar a onda crescente de colonização. No âmbito deste programa, os Tawahka Sumu receberam recentemente, por decreto presidencial, a “Reserva Biosférica Tawahka” ao longo do Rio Patuca. Da mesma forma, os Miskitos ao longo do litoral Atlântico da Nicarágua formaram a organização Miskito Kupia (MIKUPIA) ou Coração dos Miskitos, para propugnar uma reserva, dirigida pelos indígenas, que abranja toda a área de Miskito Cays. Os Kekchís e os Mopán Mayas, de Belize, estão promovendo uma campanha para conseguir um território de aproximadamente 200.000 hectares no coração do seu habitat tradicional.

No Panamá, os Kunas, os Emberás e os Wounaans tiveram sucesso relativo nas negociações com o Estado para criar comarcas, territórios semi-autônomos sob jurisdição federal. Os Kunas receberam o título da terra, a Comarca de San Blas, em 1938 e, no entanto, foram obrigados a fazer levantamentos formais e patrulhar as suas fronteiras para impedir incursões de pecuaristas e agricultores. Os Emberás e os Wounaans receberam, em 1983, um território conjunto de mais de 4.000 km<sup>2</sup> na região do Darién e estão agora procurando consolidar o seu controle político sobre o mesmo. Os Guaymís nas províncias de Chiriquí, Bocas del Toro e Veraguas não tiveram tanta sorte. Vivem em assentamentos remotos, dispersos nas montanhas e vales ao nordeste do Panamá e politicamente estão fragmentados. Os seus esforços por conseguir um território legalmente reconhecido têm sido até agora bloqueados por forças privadas e públicas com interesses econômicos na área.

À medida que os diversos grupos indígenas começam a organizar-se, uma rede incipiente de comunicações os está vinculando para discutir problemas em comum e possíveis estratégias de sobrevivência. Em setembro de 1989, os Kunas organizaram o primeiro Congresso Indígena Interamericano sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente. Mais de 70 representantes indígenas, provenientes de 17 países, do Canadá à Argentina, reuniram-se para examinar as conexões entre direitos à terra e gestão de recursos naturais. Para muitos participantes, era a primeira vez que saíam do próprio país.

Em dezembro de 1991, realizou-se o segundo congresso em San Ignacio de Moxos, na Bolívia, e seguiram-se várias conferências e seminários indígenas de destaque para aprofundar a discussão e adaptar estratégias locais. Por exemplo, em setembro de 1992, grupos indígenas de

Mosquitia, ajudados pela MOPAWI, reuniram-se para estudar estratégias destinadas a impedir a colonização externa e o desenvolvimento econômico não-sustentável.

A onda de atividades é início promissor. No entanto, o movimento indígena para organizar-se ao redor da questão da proteção da terra até agora não recebeu o apoio externo de que necessita para ser eficaz. Isto é parte de um padrão profundamente arraigado de negligência que têm muitas raízes. Primeiro, ao contrário dos Estados Unidos onde a maioria da população aborígine é urbana, os indígenas da América Latina freqüentemente vivem em lugares remotos sem estradas, como Mosquitia e Darién. A jornada árdua de vários dias para chegar até eles de avião pequeno, de canoa, a cavalo e/ou a pé desencoraja a maior parte dos representantes de órgãos de assistência, tanto governamentais como privados.

Segundo, o legado da subjugação, humilhação e discriminação por parte dos conquistadores persiste até hoje. Os indígenas tendem a ser considerados como obstáculos ao progresso econômico e social em vez de beneficiários ou participantes do processo de desenvolvimento. Onde não foram assassinados ou expulsos das suas terras, foram freqüentemente tratados como estrangeiros — na realidade, vários países latino-americanos colocam os indígenas sob a autoridade do respectivo ministério das relações exteriores. É compreensível que esta história difícil, variando de país mas raramente com melhor resultado, faça os grupos indígenas suspeitar profundamente as pessoas de fora. Com freqüência carecem da autoconfiança para defender os próprios direitos e tendem a não procurar ajuda externa. Além disso, a escassez crônica de escolas e de educação adequada torna difícil atender aos padrões rigorosos estabelecidos pelas entidades doadoras para a apresentação de propostas e gestão de projetos.

Embora esta situação esteja mudando, à medida que um maior número de indígenas começa a instruir-se e aprender como lidar com a sociedade mais ampla nos seus próprios termos, ainda estão muito atrás de outros grupos marginalizados que tendem a receber a maior parte da assistência disponível.

## ECOLOGIA DE INTERESSE MÚTUO

Nos últimos cinco anos, vem crescendo constantemente o alarme a respeito da sorte das florestas tropicais restantes do planeta e a iminência do desaparecimento das

mesmas tornou-se tema popular na imprensa mundial. A diversidade biológica, outrora conceito restrito a estudos científicos, é agora termo comum em todos os níveis da sociedade. À medida que aumentam a conscientização e a preocupação, as organizações ambientalistas e os países canalizam montantes cada vez maiores para a criação e manutenção de áreas incultas protegidas e de refúgios da vida silvestre.

Abundam as boas intenções. O problema é que a correria em busca de estratégias para deter o desmatamento tem produzido soluções que ficam aquém da meta visada. As florestas continuam a cair a despeito da criação de reservas biosféricas e parques nacionais e o treinamento de guardas para patrulhar os seus perímetros. Isto ajudou a provocar uma discussão acalorada sobre uma questão de importância crucial no Terceiro Mundo: conservação para quem? Em certo sentido, essa discussão retorna a busca de soluções para o ponto onde deveria ter começado.

As pessoas do mundo industrializado, apesar de encarar com seriedade as atividades para pôr fim à destruição das florestas tropicais e preservar certo grau de biodiversidade, freqüentemente não levam em consideração os indígenas que habitam as regiões incultas e têm metas semelhantes. Os indígenas da América Central não são motivados primariamente pela situação de deterioração do meio ambiente global, mas estão profundamente preocupados com a sorte da terra ao seu redor e com a própria sobrevivência como povo. Como os interesses de ambos os grupos se sobrepõem, seria possível formar uma aliança e trabalhar para a realização das metas comuns?

Há várias razões por que um esforço de colaboração para promover a conservação beneficiaria ambas as partes. Como os indígenas habitantes das florestas tropicais vêm, há séculos, evoluindo em conjunto com microecologias específicas, desenvolveram modos de vida e sistemas de utilização de recursos que tendem a manter a integridade da floresta. Gerem o seu ambiente da forma sustentável mais próxima à alcançada pelo homem. Ao avaliar o possível desaparecimento desses grupos indígenas em todo o globo, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento declarou em *Our Common Future*:

*Essas comunidades são as depositárias de vastos acúmulos de conhecimento tradicional e experiência*

*que vinculam a humanidade às suas origens comuns. O seu desaparecimento é uma perda para a sociedade global, que poderia aprender muito das suas habilidades tradicionais em gestão sustentável de sistemas ecológicos muito complexos. É uma ironia terrível que, à medida que o desenvolvimento formal atinge as profundidades das florestas tropicais, desertos e outros ambientes isolados, tende a destruir as únicas culturas que [neles] foram capazes de florescer ...*

Os críticos argumentam que os povos indígenas, pela própria natureza, não são mais “nobres comissários ecológicos” do que outros e que, dados a oportunidade e os meios, são perfeitamente capazes de destruir o meio ambiente. Alguns chegam a sugerir que, acreditar os indígenas como, em certo sentido, conservacionistas inatos é uma tentativa cínica tanto deles como dos que os apóiam de jogar “um trunfo no mundo atual de sensibilidades conservadoras” (Redford, 1990).

A fim de estabelecer uma estratégia viável de proteção das florestas tropicais, é vital esclarecer os termos do debate. Indubitavelmente, os povos indígenas não são a “varinha mágica” para restaurar a natureza ao seu estado original. Os indígenas centro-americanos, dada a oportunidade, de modo geral abaterão e comerão espécies de animais, como a arara e o quetzal, apreciados pelos ambientalistas (e cuja plumagem, naturalmente, é apreciada pelos indígenas para propósitos cerimoniais). Os indígenas também derrubam florestas para plantar cultivos, recolhem materiais para construir casas e cortam árvores grandes para fazer canoas. Exploram o seu ambiente porque esta é a sua forma de sobrevivência. Não são conservacionistas *perfeitos*, mas quem o é?

O fato inegável é o seguinte: os seres humanos vivem nos limites de praticamente toda floresta do planeta. Nesse contexto, os indígenas são indubitavelmente os administradores mais eficientes e mais cuidadosos disponíveis. Na América Central são, sem dúvida alguma, uma melhor solução do que os madeireiros, pecuaristas e agricultores que procuram penetrar nas florestas.

Não é a simples questão de sistemas culturais e técnicos desenvolvidos pelos indígenas para garantir o uso racional da floresta que os distingue. Para eles, não se trata de “propriedade” que pode ser comprada e vendida como mercadoria, mas de algo sagrado, uma entidade viva cuja abundância é condicional. A Terra deve ser cuidada e tratada com respeito.

Na base desta convicção de todos os grupos indígenas da América Central encontra-se a noção de território comunal. Esta orientação produz um sentido de responsabilidade pela conservação de recursos para o bem comum da tribo. Preocupam-se, como comunidade, com a abundância de caça para alimento, de palmeiras frondosas para telhado e ervas medicinais para cura; e tomam decisões coletivas e agem em conjunto para proteger os recursos escassos e preservar o meio ambiente em benefício do grupo.

Por exemplo, os Kunas de San Blas, no Panamá, regulam rigorosamente a caça na sua comarca. Avisa-se aos caçadores para restringir o número de animais de uma mesma espécie abatidos em cada viagem; proíbe-se a venda de animais caçados; e os animais grandes são divididos com toda a comunidade. Enfrentando escassez crescente, os Kunas recentemente determinaram uma época para a pesca da lagosta e proibiram a retirada de ovos de tartaruga. Tais regulamentações são comuns entre os povos indígenas mas inexistentes entre os colonos que avançam sobre as terras indígenas. É neste aspecto que os indígenas mais se assemelham aos conservacionistas: a capacidade de considerar a terra e os recursos como dádivas proporcionadas pela mesma Terra, à qual a comunidade também pertence, e não como coisas a serem tiradas para lucro pessoal.

Sem dúvida alguma, os esquemas de conservação somente poderão funcionar se forem estreitamente coordenados com a população local. No caso das maiores áreas florestais intactas da América Central — Mosquitia/região costeira dos Miskitos de Honduras e da Nicarágua, a região do Valle de Estrella /Talamanca da Costa Rica e do Panamá, bem como Bayano e a região do Darién no leste do Panamá — a população é esmagadoramente indígena. Estes povos têm interesse a longo prazo nessas florestas e estão dispostos a protegê-las, se lhes for dada a oportunidade.

## OS POVOS INDÍGENAS E O QUINTO CENTENÁRIO

À medida que se desenrolam as atividades do Quinto Centenário, tem-se falado muito sobre a riqueza e diver-

sidade da cultura nativa americana. Isto é, de fato, verdade. As culturas aborígenes têm contribuído mais para o conjunto diversificado das identidades nacionais e regionais nas Américas do que comumente se percebe e as culturas indígenas sobreviventes proporcionam variedade e riqueza à humanidade como um todo, bem como segurança, beleza e sentido aos grupos individuais que os criaram. No entanto, muitas dessas culturas são extremamente vulneráveis ao avanço do mundo moderno.

Nos últimos anos, os cientistas têm-nos falado da necessidade de manter a biodiversidade do planeta. A diversidade cultural não é menos importante e, como sugere a seção anterior deste artigo, as duas estão inextricavelmente ligadas. À medida que desaparecem as florestas nos trópicos, somem também os grupos que nelas habitam. Estamos perdendo a biodiversidade e a diversidade cultural de um só golpe.

Mas não é necessário que isto aconteça. Recentemente, organizações indígenas começaram a aparecer aos níveis local, regional e nacional. À medida que as tribos procuram aptidões organizacionais, unem-se em federações de grupos tribais, freqüentemente superando séculos de antagonismo mútuo. A coesão provém da necessidade comum de terra e proteção dos recursos naturais. Precisam da nossa ajuda — e nós precisamos da ajuda deles. Unicamente se trabalharmos em conjunto para resolver problemas mútuos poderemos salvar o que resta das riquezas do planeta.

O Quinto Centenário traz consigo a oportunidade de refletir sobre as condições atuais dos povos que agüentaram tenazmente 500 anos de colonização. O primeiro passo deve ser a tarefa, há muito necessária, de descobrir quem são esses povos e o que eles pensam deste mundo onde vivemos juntos. Deve-se-lhes dar a oportunidade de expressar a sua perspectiva a respeito do modo como as suas próprias terras e recursos devem ser geridos. Devem receber apoio aos seus esforços no sentido de organizar e proteger o que lhes pertence de direito. Cumpre dar-lhes a liberdade de determinar o curso da própria vida e de manter as próprias configurações culturais. Acima de tudo, devem receber o *status* de iguais.

Somente quando esses elementos se concretizarem poderão os indígenas das Américas encarar o “encontro dos dois mundos” a uma luz menos trágica.

---

MAC CHAPIN é diretor do Programa Centro-Americano de Sobrevivência Cultural, organização privada sem fins lucrativos com sede em Cambridge, Massachusetts. Esse programa, apoiado pelo Escritório Regional de

*Programas para a América Central da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos e pelo Pew Charitable Trusts, ajuda os grupos indígenas a reforçar as próprias organizações, bem como proteger e manter as suas terras e recursos naturais. O autor deseja agradecer José Barriero pelo título do artigo, tirado do seu volume editorado View from the Shore: American Indian Perspectives on the Quincentenary, Northeast Indian Quarterly, Outono de 1990, Vol. 7, Nº 3.*

## REFERÊNCIAS

- Aguirre Beltrán, Gonzalo, 1967. *Regiones de Refugio*. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- Crosby Jr., Alfred W., 1972. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- Leonard, H. Jeffrey. 1987. *Natural Resources and Economic Development in Central America*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Books.
- MacLeod, Murdo J. 1973. *Spanish Central America: A Socioeconomic History, 1520-1720*. Berkeley: University of California Press.
- McNeill, William H. 1976. *Plagues and Peoples*. Garden City, New York: Anchor Press.
- Redford, Kent H. 1990. *The Ecologically Noble Savage*, em Orion, vol. 9, Nº 3.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.

*As organizações que investiram com êxito no capital humano destinam-se a galvanizar os mercados locais e regionais*

# DO PROTESTO À PRODUTIVIDADE

## A evolução das federações indígenas no Equador

**Anthony Bebbington, Hernán Carrasco,  
Lourdes Peralvo, Galo Ramón,  
Víctor Hugo Torres e Jorge Trujillo**

Nas últimas três décadas, um amplo movimento de organizações americanas nativas uniu-se no Equador em torno da luta pela terra, direitos civis e identidade cultural. Os sinais do seu sucesso tornam-se cada vez mais visíveis. Podem ser vistos na obtenção de títulos da terra comunal, na proliferação da educação bilíngüe e nos programas de alfabetização, bem como na reivindicação da música nativa e formas artísticas. Ainda mais significativo é o fato de ser visível na determinação dos povos indígenas de exercer os seus direitos como cidadãos da sociedade equatoriana.

Talvez a indicação mais impressionante desse fato tenha ocorrido em 1990, quando a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), coalizão matriz de organizações regionais e locais, propôs uma mobilização rural não-violenta para divulgar a falha do governo de cumprir os seus compromissos passados com as comunidades indígenas. Esse evento inédito, que se tornou conhecido como o “primeiro levante indígena nacional”, bloqueou as principais artérias de transporte em todo o interior e recebeu ampla cobertura

na imprensa e na mídia eletrônica.

O levante de junho de 1990 produziu alguns resultados imediatos além de um vago acordo, por parte do governo, de negociar uma lista de melhoria de serviços e princípios gerais. No entanto, mesmo depois que as imagens das várias passeatas e manifestações desapareceram da televisão, o seu poder permaneceu. A dignidade e determinação demonstradas pelos participantes destacaram a autoconfiança crescente das pessoas que ativamente reivindicavam a sua herança e, com ela, o uso da palavra. A rede intrincada de organizações envolvida no evento também trazia consigo uma mensagem. Com o correr dos anos, um número cada vez maior de comunidades indígenas — conforme expressa Ampam Karakras, funcionário da CONAIE — decidira tomar o seu destino nas próprias mãos; não estavam mais dispostas a ficar paradas e aceitar sem discussão “a avalanche de modelos [externos] de desenvolvimento dos quais sofreram no passado.”

O gosto da capacitação, trazido pelo levante de 1990, criou novas demandas. Muitos indígenas equatorianos

querem agora mais das suas organizações, convencidos de que a sua agenda deve ir além da revitalização cultural e influência para conseguir melhores serviços do Estado. Acima de tudo, os membros querem que as organizações ajudem a atender às suas necessidades mais prementes: geração e manutenção de renda familiar garantida em época de crise econômica nacional, ajustamento estrutural e redução do apoio do setor público. Em resumo, as organizações indígenas querem tornar-se organizações de desenvolvimento.

Na opinião de Karakras, enfrentar esse desafio definirá o futuro do movimento indígena equatoriano. “Não significa que o que fizemos até agora é mau”, diz ele. “De fato, é bom e necessário. Mas ainda temos de dar respostas ao problema econômico e agora é o momento de fazer isso. O aumento do poder econômico permitirá que as nossas organizações sejam ouvidas politicamente.”

As federações indígenas equatorianas poderão utilizar a capacidade das suas organizações e o sentido renovado de identidade étnica para formular projetos de geração de renda que beneficiem a população substancial de cidadãos indígenas do país? Para ajudar a responder a esta pergunta, este artigo examinará a evolução das federações existentes, a fim de revelar as funções econômicas que pareçam mais adaptadas a exercer.

## PLANTANDO AS SEMENTES DO MOVIMENTO INDÍGENA MODERNO

A urgência da demanda econômica não deve ser interpretada como sinal de que as organizações indígenas no Equador tiveram influência insignificante ou estão prestes a desmoronar. De fato, a força e a importância do movimento indígena aumentaram constantemente nas últimas três décadas aos níveis local, regional e nacional. Os fundamentos desse crescimento foram lançados no início deste século, graças à lei nacional que autorizou a formação de organizações de base — inclusive comunidades, cooperativas, associações e, na região amazônica, centros. Os povos indígenas têm utilizado cada vez mais essas entidades para se organizar localmente e conseguir recursos do Estado. De 1974 a 1990, o número de comunidades registradas aumentou mais de 50%, de 1.530 para 2.236, e o processo ainda não terminou.

Entretanto, as organizações de base, por si sós, foram consideradas insuficientes. Houve vezes em que eram

demasiadamente pequenas para pressionar por uma reforma agrária mais ampla ou persuadir o Estado a prestar serviços rurais prescritos; e tiveram pouco efeito sobre os preços que os agricultores indígenas recebiam pelos seus cultivos ou pagavam por sementes, fertilizantes e outros materiais agrícolas. Na região amazônica, eram também demasiadamente fracas para impedir a perda de terras para os colonizadores, empresas petrolíferas e madeireiras e órgãos públicos. Para superar esses obstáculos, os povos indígenas — de modo geral, juntamente com o clero e as organizações de apoio de base (OAB), um tipo de organização não-governamental (ONG) especializada em reforçar a capacidade das instituições cívicas locais — começaram a criar federações de comunidades para defender os direitos comuns e negociar melhores serviços. O próprio Estado freqüentemente contribuiu para essa consolidação, promovendo federações a fim de facilitar a implementação de projetos de desenvolvimento rural. O trabalho de educação não-formal do programa nacional de alfabetização também desempenhou papel proeminente na organização das populações indígenas na Província Chimborazo e noutras partes. Em 1990, 126 federações, também conhecidas como organizações de segundo nível, estavam juridicamente constituídas.

Simultaneamente ao crescimento dessas federações, começavam a surgir organizações indígenas nacionais para defender os interesses do seu eleitorado em debates sobre política da terra, educação, administração pública e reforma constitucional. Nas planícies do leste, a *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana* (CONFENIAE) nasceu de uma organização fundada em 1980 para defender os interesses dos povos indígenas dispersos da região. Nos altiplanos, a *Ecuador Runacunapac Riccharimui* (ECUARUNARI) foi criada em 1974 para representar os indígenas dessa região. O auge desse movimento de coesão nacional ocorreu em 1986 com a criação da CONAIE como grupo matriz de confederações.

Se a maioria dos equatorianos não estivesse consciente desse processo, despertaram para vê-lo exibido, em plena florescência, nas suas televisões durante o levante de junho de 1990. Ouviram a CONAIE exigir acesso autêntico para os povos indígenas aos frutos do desenvolvimento econômico e reconhecimento dos seus direitos culturais e políticos como cidadãos de um país de múltiplas nacionalidades. Acima de tudo, a CONAIE criticava a falta de alternativas às políticas econômica não-liberais

que solapavam a viabilidade das comunidades indígenas. As exigências tocaram um ponto sensível da população indígena equatoriana e, como federações, comunidades e famílias, surgiram para bloquear estradas, parando o tráfego numa grande parte do altiplano. A Rodovia Pan-Americana, ao sul de Riobamba, capital da Província Chimborazo, foi fechada e cerca de 5.000 indígenas fizeram uma passeata pelas ruas e encheram as praças públicas de Guaranda, capital da Província Bolívar.

O levante comprovou que as organizações indígenas estavam em condições de mobilizar-se para levar as suas preocupações à arena política nacional. Mas os historiadores algum dia identificarão esse evento como a plataforma de lançamento de um autêntico modelo indígena de desenvolvimento no Equador ou será ele considerado como o momento em que a força das organizações indígenas atingiu o auge? Ironicamente, a última palavra poderá depender da capacidade das organizações indígenas de atender às próprias exigências que fizeram ao Estado — a agenda econômica que mobilizou tantas famílias na base. Conforme comenta Fernando Rosero, analista social com estreitos vínculos com muitas dessas organizações: “O camponês indígena está interessado não somente na terra mas também em propostas econômicas que resistam ao tempo ... [Portanto], os líderes [indígenas] devem tanto propor soluções como fazer protestos.”

## A NECESSIDADE DE UM MODELO INDÍGENA DE DESENVOLVIMENTO

A busca de propostas econômicas viáveis ao nível da federação começa com uma compreensão do modo como os mercados podem ser usados para aumentar a renda líquida da família. “Uma organização que gira em torno de preocupações produtivas e põe o dinheiro na bolsa familiar sobreviverá”, diz Patricio Camacho, economista da *Maquita Cushunchij* (MCCH), uma OAB que ajuda grupos indígenas a vender os seus produtos. Do contrário, afirma ele, murcharão. Ou seja, os riscos são maiores do que os sugeridos pela proposta anterior de Ampam Karakras de maior influência política por meio da força econômica. A ausência de crescimento econômico poderá solapar a base organizacional que assegura os ganhos sociais arduamente obtidos nas três últimas décadas.

Tal como a receita proveniente do petróleo secará um dia, observa Edmundo Yumi da *Unión de Cabildos de San Juan*, “o mesmo pode acontecer com [os fundos e o apoio] de doadores, OAB e instituições públicas. O que faremos então?” O desafio principal, a seu ver, “é tornar-se economicamente auto-suficientes.”

Para compreender a dificuldade dessa tarefa, deve-se considerar a estimativa de Karakras de que as organizações indígenas do país “têm uma dependência financeira externa de quase 90% ou talvez mais.” Karakras também assinala a falta de consenso a respeito da utilidade econômica e do papel do mercado, dizendo que muitas organizações indígenas “recuam diante de atividades produtivas, chamando-as de capitalistas.” Esta hesitação talvez seja mais cultural do que política, refletindo o temor dos grupos locais de que um novo enfoque organizacional venha a reduzir os esforços de reivindicação e fortalecimento da identidade étnica.

Não se trata de preocupação inócua. Muitos desses esforços têm sido cruciais para as realizações das últimas três décadas. Um caso em questão é a atividade musical de *Los Yumbos Chaguamangos* na província amazônica de Napo. Este grupo tem ressuscitado canções e versos tradicionais, executando-os em reuniões comunitárias e inspirando o florescimento da atividade cultural entre outros povos indígenas da região. *Los Yumbos* desempenharam um papel no fortalecimento de organizações entre os Quíchuas da planície, que eventualmente permitiram obter do Estado importantes direitos e serviços. Nada disso teria acontecido se os doadores, inclusive a Fundação Interamericana, ou as próprias pessoas do local tivessem utilizado critérios econômicos como a única base para avaliar se deviam apoiar os esforços iniciais de *Los Yumbos Chaguamangos*.

A preocupação pelo que se pode perder de uma reorientação das prioridades organizacionais é compreensível, porém, como veremos, a capacitação econômica dos povos amazônicos não depende da adesão cega aos mercados nem da rejeição insensata dos mesmos. Ao contrário, o desafio é adaptar mecanismos de mercado às normas culturais e ecológicas. Uma abordagem pragmática aos mercados não precisa impor o individualismo fragmentador do modelo ocidental sobre culturas indígenas orientadas para a comunidade. Empreendimentos grupais podem, com frequência, prosperar nesse meio e as federações têm em mãos uma das chaves para abrir o potencial mobilizando o entusiasmo e os recursos locais.

Ou seja, novos modelos de desenvolvimento econômico podem ser construídos de baixo para cima, pelas próprias organizações indígenas.

Jurgen Schüldt, economista da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), de Quito, afirma que esta construção com base no nível local, a partir de organizações já existentes, é a força impulsora do desenvolvimento autocentrado. Esse “desenvolvimento autoproduzido”, acredita ele, não somente é possível mas pode ser a única forma de solucionar os problemas que enfrentam as sociedades andinas. Schüldt duvida do bom-senso dos modelos predominantes de desenvolvimento que se concentram nos mercados de exportação, oferecendo poucos pontos de entrada para os produtores de baixa renda. A melhor estratégia para enfrentar a pobreza rural, na sua opinião, dá ênfase à produção para os mercados locais. A canalização dos “insumos regionais para o desenvolvimento local” produzirá mais efeitos multiplicadores locais: mais emprego, maior procura e, finalmente, melhores condições de vida. Como esta estratégia destina-se a maximizar os recursos das pessoas de baixa renda e funciona por meio de federações e outras organizações de filiados, incorporará idéias indígenas, formas de cooperação e tradições culturais. Schüldt oferece uma visão de desenvolvimento de base integrado capacitador, ao mesmo tempo economicamente vibrante e culturalmente sintonizado.

Fazem eco às suas observações alguns representantes do setor público do Equador. “Precisamos procurar alternativas [para o modelo neo-liberal]”, afirma Carlos Jara, gerente do *Fondo de Desarrollo Rural Marginal*, um programa de apoio de base do Banco Central do Equador. Acrescenta ele, um tanto apocalipticamente: “Basta ir à Bolívia [onde essas políticas estão em vigor] para ver que, do contrário, o futuro que nos espera é desastroso.”

Na opinião de Jara, há muito a aprender das experiências bem-sucedidas das organizações indígenas, das OAB que as apóiam e do próprio setor público que pode formar a base de uma política alternativa. Os seus 13 anos de experiência no *Fondo de Desarrollo* reforçaram a sua convicção de que essas iniciativas locais trazem consigo as sementes de um futuro mais esperançoso, tanto para os indígenas equatorianos como para o próprio país.

O que exatamente se pode aprender da experiência das federações indígenas do Equador que lance luz sobre

as perspectivas para um desenvolvimento autoproduzido, sustentável e culturalmente apropriado? Para encontrar a resposta, é preciso começar com as lições das limitações encontradas pela maior parte das federações.

## AS FEDERAÇÕES E O DILEMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A verdade é que o progresso no sentido do desenvolvimento econômico sustentável, por parte da maioria das organizações indígenas, como atesta Ampam Karakras, tem sido, na melhor das hipóteses, irregular. É algo compreensível, uma vez que poucas foram criadas para gerar renda familiar. As principais questões formativas têm sido problemas de natureza sócio-política e cultural, especialmente a proteção e a recuperação dos direitos da terra.

Cristóbal Tapuy, baseando-se na sua longa experiência como ex-presidente da *Federación de Organizaciones Indígenas de Napo* (FOIN), ex-presidente da CONFENIAE e presidente da CONAIE, crê que isso é inevitável. Diz ele: “Precisava-se dar maior ênfase às preocupações políticas para fazer a organização avançar.” A tendência da economia nacional de atomizar grupos “obrigou-nos a [procurar] recuperar a nossa história, a nossa língua, a nossa cultura.” No altiplano, onde o domínio cultural era freqüentemente mais intenso e a propriedade da terra mais concentrada, a experiência foi semelhante. A realidade local ressaltava a necessidade de fortalecimento organizacional para levar a efeito a alfabetização bilingüe, a educação não-formal e os programas de revitalização cultural.

Em conseqüência desse esforço, a face da vida rural passou por uma transformação. Hoje, ao nível provincial, há nos indígenas um sentido afirmativo onde outrora havia submissão e há uma plêiade de organizações onde antes não havia nenhuma. Acima de tudo, há uma determinação de não ficar de braços cruzados e “ser desenvolvido” por outras pessoas.

No entanto, agora que amainaram muitos dos problemas de direitos da terra e marginalização cultural, tanto observadores externos que apóiam a causa como membros locais perguntam-se se essas organizações estão, em si mesmas, distanciando-se cada vez mais das exigências prementes da vida diária. Um observador da *Cultural Survival*, ONG americana com sede em Cambridge,

Massachusetts, comentou o seguinte, após uma visita à FOIN na Província de Napo nos meados da década de 80: “É compreensível que [os seus] membros se perguntem por que devemos manter lealdade a organização que faz tão pouco por nós e ainda assim ter interesse nela? As comunidades esperam algo mais da FOIN além dos mesmos discursos cansados sobre a necessidade de reforçar a organização.”

Reinaldo Cunduri, da *Sablog Rosa Inés*, de Guamote no altiplano da Província Chimborazo, explica esse sentimento. Afirma ele, em termos muito diretos, que a sua comunidade saiu da federação *Jatun Ayllu Cabildo*, agora enfraquecida, porque simplesmente havia reuniões demais. Outros, de todas as partes do país, queixam-se de que se gasta tanto dinheiro em assembléias e tanto tempo em reflexão crítica que uma parcela demasiadamente pequena dos seus recursos chega aos grupos de base.

A área em que as federações têm tido impacto material real são a influência e a canalização de recursos públicos. Desempenham papel vital na obtenção de melhor infra-estrutura para comunidades, inclusive o fornecimento de água potável, eletricidade, estradas e centros cívicos. Aumentam também a rapidez e a eficiência pública aos desastres naturais. Nas selvas das planícies de Napo, a *Asociación de Indígenas Evangélicas del Napo* (AIEN) trabalhou com o senador provincial para fazer rapidamente um levantamento do prejuízo causado pelas inundações de que foram vítimas 700 famílias e está ajudando a administrar um programa de assistência alimentar e habitacional. E durante um recente surto do cólera em Chimborazo, as federações indígenas colaboraram com funcionários locais da saúde pública na organização de reuniões comunitárias para ensinar o uso de sais reidratantes e outras medidas básicas para o tratamento da doença no início, a fim de reduzir ao mínimo o número de mortes e o risco de contágio. Estas medidas tiveram tanto êxito que, segundo Hernán Chamorro, diretor provincial de treinamento em saúde na zona rural, “as organizações indígenas são o fator chave não somente para o [controle] do cólera, mas em todo o nosso trabalho ... Sem a colaboração delas, a nossa tarefa seria titânica.”

Ao mesmo tempo em que as federações colaboravam com o serviço de saúde pública, eram também condutos valiosos de informação entre si, passando as aptidões horizontalmente, de camponês a camponês. Na opinião de José Balla, administrador da *Unión de Organizaciones Campesinas de Cicalpa* (UOCACI), o rápido controle do

cólera na sua região foi devido ao treinamento que os auxiliares de saúde da *Unión* receberam dos promotores de saúde da vizinha *Asociación de Indígenas Evangélicas de Chimborazo*.

Embora a prestação de tais serviços seja inestimável, não é desenvolvimento econômico sustentável. Mesmo quando as federações empreendem projetos econômicos mais ambiciosos, a maior parte termina prestando serviços. Talvez os exemplos mais comuns deste padrão sejam as iniciativas de desenvolvimento agrícola, nas quais a federação fornece sementes, fertilizantes e produtos agroquímicos para os membros a preços abaixo do mercado. Com frequência, como no caso da UOCACI, a federação treina extensionistas agrícolas indígenas para prestar assistência às famílias dos membros.

A formulação desses projetos segue o modelo dos programas de desenvolvimento rural patrocinados pelo Estado, mas a implementação tende a responder de forma mais imediata e eficaz, porque é controlada pelos próprios indígenas. Como os extensionistas falam o idioma nativo e moram na comunidade local e não na capital provincial, freqüentemente são capazes de prestar serviços às áreas não atendidas pelo Estado. E pelo fato de prestarem serviços por meio da federação em vez de comunidade por comunidade, repetidamente conseguem economias de escala. O efeito final às vezes supera o alcance previsto da operação, uma vez que as aptidões de solução de problemas são alimentadas nas comunidades, incentivando maior autoconfiança e iniciativa do que o desenvolvimento rural promovido pelo Estado.

No fim, entretanto, a maior parte desses programas sofrem de falhas organizacionais inerentes, bem como de deficiências técnicas. A distribuição de serviços quando os recursos são inadequados cria um dilema cruel. As federações ou emprestam (ou pior ainda, dão) quantias inadequadas, quase inseqüentes, de sementes à maioria dos membros ou proporcionam apoio adequado para alguns privilegiados. A ineficiência desta última alternativa e as pressões sobre os filiados causadas pela tendenciosidade da primeira eventualmente solapam a própria federação.

Em qualquer caso, a distribuição de subsídios é o melhor meio de descapitalizar rapidamente uma instituição. “Falamos de autofinanciamento, mas o que conseguimos é a autobancarota”, observa amargamente Ampam Karakras. Muitos projetos governamentais padecem das mesmas deficiências, mas para os membros da

federação essas falhas parecem muito piores quando vêm dos próprios líderes. Conseqüentemente, muitos grupos de base perdem o interesse e se dissolvem.

Além dessas falhas organizacionais inerentes há as dificuldades resultantes de aptidões inadequadas para o trabalho. No fim do treinamento, muitos extensionistas ainda sabem pouco mais do que o agricultor médio, cujo conhecimento local aplicado é freqüentemente superior. Ao nível administrativo, a falta de conhecimentos dos métodos modernos de contabilidade talvez seja o problema mais espinhoso. Embora às vezes os fundos tenham sido indevidamente desviados, o problema mais comum tem sido balancetes confusos que criam a aparência de ação ilícita. Acusações geram contra-acusações, as quais eventualmente consomem a coesão organizacional.

Se a sustentação organizacional para a prestação de serviços tem sido vacilante, a base técnica para conseguir um desenvolvimento autoproduzido viável tem igualmente sido ilusória. Ironicamente, o interesse crescente das comunidades do altiplano em projetos econômicos surge num momento em que a degradação da base de recursos se tornou tão grave que pouco mais se pode fazer com as técnicas modernas para aumentar a produção ou até mesmo contrabalançar os declínios. "A situação é realmente muito difícil", diz Francisco Coro, líder da *Unión de Asociaciones Agrícolas de Columbe* (UNASAC). A UNASAC está procurando utilizar técnicas orgânicas para restaurar a fertilidade do solo e impedir a erosão, mas a preocupação de Coro é que este investimento a longo prazo não produza os benefícios de forma suficientemente rápida para atrair a participação generalizada dos agricultores.

Nas florestas da planície, as federações amazônicas também encontraram dificuldades. Procuraram impedir a colonização externa promovendo a pecuária comercial e a moderna agricultura de cultivo comercial. Além do pesadelo logístico de procurar administrar um programa de assistência técnica na selva, esses modelos com freqüência têm sido contraproducentes: os solos têm sofrido degradação, a produção diminuído e aumentado a diferenciação social entre os grupos. No caso da *Federación de Centros Shuar-Achuar*, os projetos de pecuária comercial criaram um punhado de agricultores ricos que então fizeram pressões pelo estabelecimento de uma divisão dos direitos das terras comunais, tornando mais difícil defender a área contra a invasão externa.

A insustentabilidade social e ecológica dos esforços

do passado está promovendo organizações como a FOIN e a *Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza* (OPIP) para procurar alternativas. A busca de um modelo apropriado de desenvolvimento para a região amazônica ainda está muito incipiente, mas aumenta a conscientização entre as diversas federações de que as soluções duradouras devem vir de dentro.

## DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À INTEGRAÇÃO VERTICAL

Entre os muitos programas da federação que encontraram dificuldades há vários que oferecem indícios sobre o modo de melhorar a geração da renda. Um dos mais notáveis é a *Fundación de Organizaciones de Salinas* (FUNORSAL). Desde o seu início, a FUNORSAL tem seguido um ritmo diferente, reduzindo ao mínimo as funções socioculturais adotadas por tantas outras federações. Ao concentrar-se no desenvolvimento de novas atividades econômicas para as famílias da região, evitou as contradições da distribuição de serviços. Agora administra cerca de 15 empresas cooperativas. Foi pioneira da agroindustrialização para acrescentar valor à produção agrícola da região, coordenou a comercialização para maximizar os lucros e formulou um sistema de poupança e cooperativas de empréstimos para proporcionar aos pequenos agricultores acesso oportuno ao crédito.

Essas atividades permitiram à FUNORSAL conseguir três coisas raramente encontradas em outras federações. Primeiro, transformou-se em recurso vital para os pequenos agricultores, que têm muito mais a ganhar economicamente da participação do que do trabalho isolado. O impacto ultrapassa os 286 novos empregos em agroindustrialização que pagam de 40 a 80% acima do salário mínimo nacional. As instalações de produção também abriram novos mercados para as famílias locais, gerando renda muito necessária. Além disso, parte dos lucros provenientes do processamento do leite em queijo, fiação da lã, secagem de cogumelos e outras atividades agroindustriais é recanalizada em empréstimos subsidiados para as famílias comprarem gado leiteiro e melhorarem a moradia. Ao distribuir lucros em vez de serviços, a organização vincula o patrimônio à produtividade e conscientiza para a necessidade de reinvestir a fim de manter os benefícios e evitar a descapitalização.

Segundo, o histórico da FUNORSAL conquistou um

grau tão alto de legitimidade das famílias de Salinas, dos doadores e de outras entidades externas que se tornou, para todos os efeitos e propósitos, a empresa local de desenvolvimento. Conseqüentemente, pode formular, planejar e coordenar atividades ao nível regional.

Finalmente, a maior realização da FUNORSAL talvez seja a sua capacidade de apresentar alternativas que estanquem a migração — fenômeno que provoca o desmembramento familiar e outros problemas sociais nas aldeias em todo o altiplano. Muitos migrantes fizeram a jornada de regresso das cidades para morar e trabalhar em Salinas.

Estes êxitos não ocorreram da noite para o dia. Representam duas décadas de trabalho árduo e um imenso esforço para treinar um quadro de profissionais locais para gerir uma rede complexa de projetos. Acima de tudo, a FUNORSAL deu passos gigantescos na construção de uma base ampla de conhecimentos de contabilidade aos níveis tanto da federação como local. Isso assegurou um fundo de gestão eficiente e responsável e minimizou as incertezas financeiras e as pressões sobre os filiados que tipicamente acompanham balancetes confusos.

O modelo da FUNORSAL confirma a asserção de Jurgen Schüldt de que o desenvolvimento autoproduzido no altiplano depende da expansão dos mercados locais para acrescentar valor aos recursos locais. Sugere que as federações devem ir além da prestação de serviços para se transformar em motores do crescimento que permitam às famílias colher os frutos do desenvolvimento econômico regional. Entretanto, encontrar o papel organizacional apropriado e desenvolver a capacidade profissional para concretizá-lo não serão transições fáceis para as todas as federações.

A FUNORSAL é diferente da maior parte das outras federações equatorianas pelo fato de que as suas organizações de base são cooperativas e não comunidades. As primeiras começaram como entidades econômicas, ao passo que as últimas são instituições sociais e políticas que unem famílias vizinhas. *El Ceibo*, federação exemplar de produtores e processadores indígenas de cacau da Bolívia, país vizinho, está também construída sobre uma estrutura cooperativa (ver Healy, *Desenvolvimento de Base*, Vol. 11:2 e 12:1). *El Ceibo* e a FUNORSAL incluem filiados “auto-selecionados” que se organizaram em torno de uma atividade produtiva. O aumento do número de filiados e o alcance das atividades tendem a ser uma resposta orgânica às oportunidades do mercado.

Uma federação de comunidades, por outro lado, freqüentemente enfrenta uma dupla obrigação ao lançar um projeto de geração de renda.

A competitividade do mercado poderá forçar a federação a endereçar o projeto às pessoas mais capazes de implementá-lo em cada comunidade. A não ser que a atividade produza benefícios adicionais à comunidade como um todo, a federação talvez se veja obrigada a patrocinar projetos para outros grupos, a fim de evitar acusações de favoritismo que possam solapar a organização de base e, eventualmente, a própria federação. Procurar atender a essa demanda pode transformar projetos de geração de renda em projetos de serviço e pode facilmente inundar a capacidade gerencial e financeira da federação.

Os grupos indígenas da Bolívia evitaram esse dilema, ao menos em parte, porque desenvolveram uma estrutura organizacional dupla. A reforma agrária nesse país ocorreu muito antes do que no Equador e capacitou os sindicatos, foros do governo local, como meios de proteger os direitos sócio-políticos. As cooperativas e outras associações tornaram-se os veículos para aumentar a produção rural. A FUNORSAL pode ser o precursor de um desenvolvimento semelhante no Equador, mas isso dependerá da capacidade das federações com base na comunidade para empreender projetos produtivos sem derivar outros.

Um segundo *caveat* também complica a duplicabilidade do modelo da FUNORSAL. Desde o início, a FUNORSAL vem operando com certas vantagens não estendidas à maioria das federações equatorianas: relacionamento étnico relativamente convivial na sua região, acesso à terra que não foi excessivamente subdividida em lotes improdutivos, apoio técnico sólido dos missionários salesianos e bom suporte financeiro. A situação no lado oriental das montanhas cobertas de neve de Chimborazo tem sido muito menos propícia para as federações indígenas, como a UOCACI.

Há vinte anos, quando Salinas começou a sua experiência em desenvolvimento, os indígenas da Província Chimborazo lutavam para obter acesso à terra em grandes propriedades controlados por não-indígenas. Diz José Balla, da UOCACI: “Não nos envolvemos imediatamente em agroindústria, porque tínhamos que resolver outros problemas primeiro ... agora, uma vez resolvidos, estamos examinando como se pode acrescentar valor à produção, de forma que todos os grupos de base se

possam beneficiar.”

A situação na província amazônica de Napo é semelhante. Nelson Chimbo, Ex-Presidente da FOIN, diz que apenas recentemente, depois de 90% das disputas de terra da federação terem sido substancialmente resolvidas, os projetos econômicos se tornaram prioridade máxima. Entretanto, apressa-se a acrescentar que, como em grande parte do Equador, a organização deve permanecer vigilante e lutar tenazmente para proteger os direitos da terra dos membros contra pressões externas.

Quando essas federações começarem de fato a examinar projetos de geração de renda próprios, poderão descobrir que o modelo da FUNORSAL sofre dos mesmos problemas ecológicos e sociais surgidos na Amazônia. A expansão de pastagens para a pecuária com vistas à produção de leite e lã acelerou o desmatamento em volta de Salinas, sendo necessários projetos de silvicultura para pôr termo à erosão do solo e assegurar abastecimento futuro adequado de combustível e materiais de construção. A mudança para a produção pecuária também levou à redução da produção de cultivos alimentares, à medida que se abrem campos para pastagens. A dependência crescente de bens e gêneros de primeira necessidade comprados fora de Salinas poderá, um dia, solapar a segurança alimentar regional e familiar.

Finalmente, o fato de que a FUNORSAL não teve de formular uma agenda cultural para defender os seus interesses contra pressões externas, a longo prazo poderá aumentar a sua vulnerabilidade. Até agora, tem podido sustentar práticas andinas “tradicionais”, tais como formas comunais e cooperativas de organização, integração de uma série de camadas ecológicas para atividades de produção e redistribuição do superávit. Entretanto, a sua intensa modernização e a orientação para o mercado começaram a aumentar a estratificação social e a revelar os vínculos das pessoas à sua herança ancestral. Até mesmo os observadores favoráveis preocupam-se em que a coesão da FUNORSAL talvez não sobreviva à fragmentação ou perda da identidade cultural.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REVITALIZAÇÃO CULTURAL

O desafio que enfrentam as federações é identificar

modelos de desenvolvimento socialmente viáveis que lhes ofereçam uma vantagem de mercado comparativo sem sacrificar as conquistas culturais do passado. De fato, várias federações estão atualmente preparando modelos que levem em consideração as aparentes limitações da abordagem da FUNORSAL. “Estamos [começando] a perceber”, diz Edmundo Yumi, da *Unión de Cabildos de San Juan* no altiplano da Província Chimborazo, que “as técnicas [de produção comercial intensificada] vindas de fora não se enquadram na nossa realidade.” Cada vez mais, os novos modelos concentram-se na capacidade das federações de transformar o conhecimento indígena num motor comercialmente poderoso do crescimento.

Na região amazônica, esses esforços baseiam-se na gestão da floresta tropical. Uma enorme quantidade de remédios modernos provêm da flora e fauna tropicais, mas poucos lucros retornam às pessoas que descobriram o valor medicinal dessas propriedades. A OPIP, na Província de Pastaza, está procurando retificar isso vinculando o conhecimento dos seus membros indígenas sobre plantas medicinais à capacidade técnica e comercial de uma empresa européia interessada em extrair os componentes ativos para vendas no exterior. O projeto adaptará as práticas tradicionais de coleta e lhes dará valor monetário, proporcionando ao mesmo tempo um contexto para regulamentar a coleta de plantas a fim de impedir a colheita excessiva.

Se os planos forem levados a efeito, a OPIP gerirá o processamento e as negociações com a firma européia. Também negociará para proteger os direitos de propriedade intelectual dos povos indígenas. Sem tal proteção (além dos meios das famílias), a sustentabilidade financeira do projeto em breve desapareceria.

Outras federações amazônicas estão também procurando alternativas sustentáveis. A FOIN, por exemplo, está começando um projeto comunitário de silvicultura. As comunidades locais derrubarão árvores seletivamente para evitar o corte indiscriminado e a federação gerirá as instalações de processamento e a comercialização. A OPIP, a FOIN e outros grupos estão à procura de métodos concretos que aumentem a renda familiar e impeçam a destruição da mata tropical por meio da administração dos seus recursos renováveis.

No altiplano, o desafio é maior. Esses ecossistemas carecem da rica biodiversidade da região amazônica, mas a FUNORSAL está demonstrando a possibilidade de desenvolver e controlar os mercados. Em Chimborazo, a

*Unión de Comunidades de Guamate* está trabalhando em estreita coordenação com agrônomos pesquisadores de órgãos públicos para promover a produção de *quinoa*, cereal andino tradicional, e processá-lo para o mercado nacional. De acordo com Carlos Nieto, pesquisador do *Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias*, o processamento e a comercialização ficarão a cargo da federação, que canalizará os lucros de volta às famílias associadas. Como a *quinoa* é rica em proteínas, parte do pagamento será sob a forma do próprio cereal processado, a fim de melhorar a qualidade nutritiva da dieta familiar.

Outras organizações do altiplano estão explorando o potencial de um tipo colombiano de plantação em terraços para intensificar a produção de cultivos de subsistência a fim de conseguir maior segurança alimentar, além de cultivos comerciais, como alho, cebola e cenoura, para comercialização de âmbito regional e nacional com vistas a aumentar a renda familiar.

Todo esse empenho em transformar tecnologias tradicionais baseia-se nas realizações organizacionais e culturais iniciais de projetos não orientados para o mercado. A renda produzida por essas novas atividades ajudarão, por sua vez, a solidificar as federações e a sua capacidade de apoiar uma estrutura programática de aspectos múltiplos. Até mesmo o enfoque anterior das federações sobre prestação de serviços poderá ser utilizado neste processo de integração. O deslanchamento de projetos de geração de renda requer assistência técnica. As federações podem agir como corretores dessa transação e tornar-se uma força potencial para multiplicar o seu efeito. As organizações de Chimborazo, por exemplo, visitaram a FUNORSAL para aprender das suas operações e a própria FUNORSAL recebeu assessoramento em produção de têxteis de tecelões de Otavalo. Na opinião de Carlos Moreno, da *Comunidec*, OAB que trabalha em estreita coordenação com grupos indígenas, esse trabalho de indígena a indígena é crucial e pode basear-se nos mesmos métodos que tornaram os programas de agricultor a agricultor fornecedores altamente eficientes de extensão agrícola em países do hemisfério. A *Comunidec* facilita esses intercâmbios horizontais sempre que possível.

Em outros casos, as federações estão começando a utilizar consultores, tal como fazem outras empresas bem-sucedidas. O exemplo anteriormente citado de *El Ceibo*, da Bolívia, mostra como as federações podem

utilizar os serviços de especialistas externos não somente para solucionar problemas específicos, mas também para treinar especialistas indígenas a fim de resolver problemas futuros. Mesmo quando a assistência técnica é proporcionada por uma OAB sensível à situação, deve ser vinculada ao treinamento, de forma que a federação possa eventualmente manter-se sozinha e implementar o próprio modelo de desenvolvimento. No final, como no caso de Salinas, a federação deve trabalhar com diligência para aumentar as aptidões modernas dos seus grupos de base e das famílias associadas com vistas a elevar a produtividade e manter o programa no devido caminho. Segundo observa Fernando Rosero, “uma economia de ajuda mútua exige tanto participação como eficiência.”

Encontrar um equilíbrio viável entre a necessidade de profissionalizar e modernizar e a necessidade de reforçar e proteger a identidade cultural étnica não é fácil. A revalidação do conhecimento tradicional não pode ser pré-julgada somente com base no seu potencial econômico ou ecológico. No entanto, se as federações puderem dinamizar as práticas indígenas de gestão de recursos para gerar nova renda, preservando ao mesmo tempo o seu significado cultural, então ter-se-á enfrentado o desafio da unificação do desenvolvimento e da cultura para aumentar a segurança econômica. Os modelos de desenvolvimento formulados internamente e culturalmente capacitadores darão às famílias e às suas organizações os meios com que limitar os efeitos laterais negativos de um crescimento nacional e de uma economia mundial de mercado na próxima década, bem como maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

O próprio Equador e os outros países andinos devem também levar em conta o desafio que enfrentam as federações indígenas, encarregadas de construir um modelo de desenvolvimento multicultural em circunstâncias econômicas calamitosas. Muitos comentaristas ecoam as dúvidas de Jurgen Schüldt a respeito das políticas macroeconômicas ortodoxas atualmente adotadas. Entretanto, a proposta de Schüldt de um desenvolvimento de base local e autoproduzido não deve ser interpretada como exigência de protecionismo e substituição generalizada das importações. Ao contrário, é um apelo para ajudar as comunidades rurais a maximizar, de forma criativa, a sua base de recursos a fim de reduzir a onda de migração para as cidades já sobrecarregadas do continente; é um apelo às pessoas de todas as camadas sociais a se tornarem

parceiros ativos na formação do futuro do país; e, em resumo, um apelo em prol do desenvolvimento sistemático de base. Esse caminho transformará a diversidade étnica em recurso capacitador em vez de problema estropiante, em que facilmente se poderá tornar se grupos inteiros forem excluídos *a priori*. As organizações locais

e as federações que formam oferecem um contexto institucional para pôr em prática essa perspectiva no Equador e em outras partes. Se tiverem êxito, ajudarão a tornar esta década de desenvolvimento, em todo o hemisfério, um período mais abrangente e mais centralizado no elemento humano.

---

ANTHONY BEBBINGTON é bolsista pesquisador da Rede de Pesquisa e Extensão Agrícolas do Overseas Development Institute, de Londres, Inglaterra. HERNÁN CARRASCO e JORGE TRUJILLO são pesquisadores do Instituto de Estudios Ecuatorianos de Quito. GALO RAMÓN e VÍCTOR HUGO TORRES fazem pesquisas e avaliações com a Comunidec em Quito. LOURDES PERALVO é coordenadora da rede de agroecologia do Centro de Estudios e Investigación Social de Quito.

*Um encontro entre dois mundos reanima uma tradição de tecelagem em extinção e faz surgir um modelo indígena de desenvolvimento micro-regional*

# DE VOLTA AO FUTURO

Etnodesenvolvimento  
entre os Jalq'a da Bolívia

Kevin Healy

Poucos forasteiros jamais chegam à aldeia de Qarawiri nas montanhas escarpadas do centro-sul da Bolívia e os que não vieram visitar algum parente não encontrariam, à primeira vista, muita razão para parar. Não há eletricidade nem fonte evidente de água potável para o punhado de casas de barro, com seus telhados de zinco e chão de terra batida. Os únicos sinais de amenidade são as folhas de plástico opaco, manchadas pelas intempéries, que cobrem algumas pequenas janelas talhadas nas paredes de cada casa.

Entre o céu azul forte do meio-dia e a terra árida pardacenta há um laivo de cor. Uma mulher, de idade indeterminada, envolta numa túnica negra esfarrapada e usando um chapéu branco em forma de cuia, está sentada na frente de um tear horizontal preso à parede da sua casa. Nesse tear, ela abre uma janela para outro mundo. Condores vermelho-fogo, dragões, raposas, macacos, vacas e outros animais estranhos anônimos flutuam, de cabeça para baixo, estendidos lateralmente, balançando-se acrobaticamente num mar negro como breu. Neste mundo dos sonhos, olhos esbugalham-se em lugares estranhos, pescoços estendem-se e contorcem-se com improvável elasticidade e caudas transformam-se em setas disparadas entre filas esfarpadas de dentes felinos.

Finalmente, as mãos retorcidas da mulher param de movimentar-se. Levanta-se lentamente, afasta-se a uma distância adequada, vira ligeiramente a cabeça de lado e assiste ao mundo do fluxo transformar-se num mundo de ordem intrincadamente disposto. A sua boca abre-se num meio sorriso desdentado de contentamento. Depois de dois

meses de trabalho atento, terminou de tecer um axsu, a sobressaia tradicional usada pelas mulheres da área. Embora a tecelã nunca tenha saído do seu lugarejo natal, ela sabe que o seu axsu viajará. Será vendido numa loja que os moradores da sua comunidade dirigem em Sucre ou, se a qualidade for tão boa como ela crê, poderá até mesmo parar numa exposição em Paris ou em Washington, D. C.

Nenhuma dessas possibilidades poderia ter sido imaginada há sete anos atrás. As tradições têxteis da área de Chuquisaca aparentemente desaparecera na obscuridade há décadas, juntamente com os conhecimentos das pessoas que as haviam criado. Este artigo relata a história improvável de como vários antropólogos chilenos e os seus colegas bolivianos ajudaram o povo Jalq'a a recaptar essas tradições e integrá-las num modelo de desenvolvimento micro-regional.

N uma manhã revigorante de setembro de 1985, Gabriel Martínez, espanhol, e Verónica Cereceda, sua esposa chilena, ambos antropólogos, com pouco mais de 50 anos de idade, saíram de jipe de Sucre, capital colonial da Bolívia, numa tentativa de resolver um mistério que há muito os intrigava. Juntamente com Ramiro Molina, etnólogo boliviano, estavam determinados a remontar às origens de diversas tecelagens que anos antes eram vendidas como antiguidades nas lojas de turistas de La Paz e de outras cidades bolivianas. Embora as tecelagens fossem apreciadas pelos colecionadores pela singularidade, os seus desenhos fossem reproduzidos em cartões postais, capas de revistas e cartazes e tivessem inspirado artistas formados em universidades, surpreendentemente pouco se sabia sobre os seus criadores. Os colecionadores e comerciantes referiam-se às tecelagens como "peças de Potolo", nome da maior cidade (com cerca de 600 famílias) na área de origem, a 50 km ao nordeste de Sucre. Não havia nenhum estudo etnográfico da cultura ou das pessoas responsáveis pelas tecelagens.

Durante vários meses, Martínez, Cereceda e Molina vasculharam os íngremes vales de Chuquisaca, visitando de jipe e a pé dezenas de comunidades espalhadas. Grande parte do que descobriram era perturbador mas não surpreendente.

A área era habitada por um grupo de aproximadamente 25.000 pessoas que chamavam a si mesmas de Jalq'a. Viviam em extrema pobreza, com uma taxa de mortalidade infantil semelhante à da África e renda

familiar média de US\$100 por ano. Os seus campos ressequidos de batata e pequenos rebanhos de ovelhas e cabras esqueléticas mostravam os sinais de uma seca prolongada. As aldeias não tinham água potável nem eletricidade e freqüentemente careciam de clínicas de saúde; e não se viam telhados de zinco nem bicicletas — sinais comuns de afluência entre os camponeses andinos. As pessoas pareciam, de modo geral, abatidas e desorganizadas.

Os três visitantes constataram, com satisfação, que a maioria dos moradores usava as roupas étnicas tradicionais. Mas os axsus usados pelas mulheres eram pálidos reflexos das vestimentas que tinham inspirado a busca da equipe. As sutis combinações de cores desapareceram, reduziu-se o tamanho dos grandes painéis decorativos chamados *pallas* e o motivo de animais exóticos em queda livre fora substituído por filas repetitivas de figuras pesadas. A adoção de desenhos geométricos e cores usados por um grupo étnico vizinho gradualmente apagava os tênues vínculos com o passado ainda restante. As jovens, talvez influenciadas por valores urbanos que penetravam o interior, tinham-se afastado dos padrões precisos mantidos pelas suas mães e avós.

De fato, à medida que Martínez e Cereceda conversavam com os moradores, começavam a perceber que o declínio dos têxteis era sintoma de um problema mais profundo. A estrutura cultural da comunidade sofria os efeitos das mudanças na economia regional. A seca paralisara a produção de subsistência e a procura crescente entre os Jalq'a de macarrão, velas, óleo de cozinha, remédios e outros gêneros de primeira necessidade aumentara a necessidade de dinheiro líquido.

Começando na década de 60 e acelerando na de 70, surgiu uma fonte disponível de dinheiro. Um mercado em crescimento para os têxteis andinos entre turistas e revendedores estrangeiros produziu uma horda de comerciantes ambulantes que percorriam o interior em busca de ponchos, xales, axsus, cinturões, bolsas e até mesmo sacos de cereal. Itens com motivos Jalq'a estavam em grande demanda e os comerciantes, alguns deles expatriados, freqüentavam as feiras e festivais locais para persuadir os camponeses, muitas vezes insistindo e enganando, a entregar os seus têxteis mais finos. Os Jalq'a nunca souberam o verdadeiro valor comercial desses itens, que constantemente aumentavam de valor à medida que escasseavam.

Um dia o surto terminou e os Jalq'a despertaram para

a conclusão de que o núcleo da sua herança de tecelagem — os costumes rituais, vestes matrimoniais e bens de herança — tinha desaparecido. Sem modelos para inspirar uma nova geração de tecelões e dissolvida a conexão entre tecelagem e vida cerimonial, a tradição Jalq'a parecia praticamente extinta, vítima das mesmas forças que solaparam as artes indígenas têxteis em toda a região andina na segunda metade do Século XX.

No entanto, havia um ponto luminoso. Martínez e Cereceda tinham recebido uma pequena doação da Fundação Interamericana para estudar a possibilidade de reanimar a tecelagem nessa região deprimida e, sempre que visitavam uma aldeia, sondavam o interesse local. A comunidade de Irupampa estava exuberante. Após várias visitas do casal, um líder da aldeia anunciou com confiança: “Se vocês quiserem realmente estabelecer uma oficina de têxteis em Chuquisaca, coloquem-na aqui. Não somente a comunidade aceitou esta idéia, mas as nossas mulheres eram outrora hábeis tecelãs e, se tiverem a oportunidade, serão novamente!”

Cereceda e Martínez ficaram sabendo que não eram os primeiros forasteiros a trazer a idéia de um projeto de artesanato à região. Outras entidades privadas de desenvolvimento tinham enviado técnicos bem versados em estudos de viabilidade, otimistas a respeito dos mercados alvo para tecelagens padronizadas e acompanhados por promotores mestiços para conseguir o apoio local. Nenhum desses esforços frutificou; todos fracassaram na atmosfera de incompreensão mútua que prevalecia entre administradores de projeto e beneficiários potenciais.

Ajudou o fato de Martínez ser fluente em quéchua, a língua falada pelos Jalq'a, e de Cereceda ser autoridade internacionalmente reconhecida em têxteis andinos, tendo sido curadora de várias exposições em museus e escrito artigos pioneiros para publicações eruditas. Mas o maior elemento a seu favor era talvez o mais improvável: uma vida de experiências variadas que os tornava mais interessados nos Jalq'a como pessoas do que como artesãos que poderiam ser treinados para se tornarem economicamente produtivos.

Martínez e Cereceda, quando casal jovem com dois filhos pequenos, tinham deixado o trabalho de professor no departamento de teatro de uma universidade chilena na década de 60 para formar um teatro popular itinerante. Representando numa tenda a platéias diversificadas em

todo o país, o seu grupo teatral de poetas, cantores, contistas e atores inspirava-se no “realismo mágico” que Gabriel García Márquez, o jovem Mario Vargas Llosa e outros escritores estavam inventando para explorar como as culturas indígena, européia e africana se tinham mesclado para formar uma experiência distintamente latino-americana. O grupo pôs-se à frente de um amplo movimento para romper barreiras entre atores e platéia e usar o teatro como meio de interação para análise social e ação comunitária democrática. Pablo Neruda, detentor do Prêmio Nobel, autor de *Alturas de Macchu Picchu*, poema épico sobre a herança incaica do continente, estava entre os artistas convidados que às vezes apareciam para fazer uma representação do seu trabalho.

No início da década de 70, a curiosidade incessante de Martínez e Cereceda sobre as raízes da identidade latino-americana tinha-os levado à docência numa universidade no altiplano boliviano. Em breve chocaram os seus colegas um tanto impertigados ao tirar o teatro da sala de aula e levá-lo às comunidades americanas nativas no vale montanhoso de Charazani. Martínez e Cereceda estavam enlevados pela beleza surpreendente da área, rica herança pré-colombiana e têxteis vibrantes. Embora o grupo teatral comunitário que organizaram haja gradualmente desenvolvido um repertório que ainda é lembrando com carinho pelos praticantes do drama popular, Martínez e Cereceda sentiram dúvidas importunas. Os espetáculos eram dados em quéchua, mas o silêncio inquietante ou as explosões de riso imprevistas que as palavras às vezes provocavam, levavam-nos a ter dúvidas a respeito da profundidade oculta do idioma que utilizavam, perguntando-se se realmente havia comunicação e se havia impacto duradouro.

Para aprender a falar fluentemente o idioma da comunidade, seria preciso fazer uma imersão na sua cultura. Martínez e Cereceda embarcaram numa nova viagem de descoberta para adquirir os instrumentos necessários para realizar essa tarefa. Deixaram o teatro quando tinham pouco mais de 40 anos para estudar antropologia, primeiro no Peru e depois na Sorbonne, em Paris. Aprofundaram-se na vasta literatura que documenta as tradições andinas, aprendendo a utilizar o conhecimento científico como portão para a dinâmica da vida comunitária contemporânea.

Os têxteis demonstraram ser essenciais para decifrar uma civilização sem textos escritos. Eram mais do que objetos de vestimenta ou adorno. Cereceda descobrira

como a escolha de combinações de cores em pequenas bolsas revestia importância simbólica. O seu trabalho sugeriu que as variações em relacionamentos espaciais e desenhos de figuras poderiam servir de uma espécie de pedra de Rosetta para decifrar como os fios da cultura pré-colombiana evoluíram com o tempo e se entrelaçavam na vida atual.

Foi a compreensão deste aspecto que atraiu primeiro Martínez e Cereceda para as tecelagens Jalq'a quando o casal retornou à Bolívia. Os animais estranhos retratados nos *axsus* poderiam ser *chulpas*, criaturas que, de acordo com as tradições orais andinas, “viviam antes da criação do mundo, em espaços escassamente iluminados, antes que o primeiro sol surgisse sobre a mãe Terra.” As *chulpas* estavam ligadas com os mitos da criação que, no pensamento andino, personificavam o dualismo entre pares opostos de luz e escuridão, espírito e corpo, mundo da natureza e mundo do homem. O seu poder era, ao mesmo tempo, doador da vida e ameaçador, capaz de espalhar a doença e a recompensa. Aqui, talvez, na vida das pessoas que teciam, houvesse uma janela sobre o passado distante dos primeiros andinos, cuja realidade parecia tão imperscrutável como o cemitério montanhoso, onde, segundo a lenda, os seus restos descansavam desconfortavelmente.

**P**ara facilitar o renascimento da tecelagem Jalq'a, Martínez e Cereceda começaram uma organização de apoio de base (OAB) chamada *Antrólogos del Sur Andino* (ASUR). A ASUR, desde o seu início, fundamenta-se na convicção de que o desenvolvimento econômico não podia ser isolado da sua matriz cultural. Para uma oficina de tecelagem prosperar, deveria basear-se firmemente na vida da comunidade. O projeto em Irupampa foi, portanto, fundado em consulta direta com a organização local de camponeses e procederia a um ritmo determinado pelos participantes.

A primeira tarefa não era treinar algumas mulheres para produção comercial, mas criar um espaço em que toda a comunidade pudesse explorar as raízes da cultura que dava aos Jalq'a a sua identidade e que inspirara os mestres tecelões do passado. Martínez, que pesquisara um livro dedicado a descobrir o significado de um ritual muito difundido nos Andes, conhecido como “a queimada das mesas”, era de opinião que pouco se podia conseguir até que os Jalq'a tivessem eles mesmos assumido o

projeto. Para inaugurar a oficina, pediu-se a um *aysiri*, ou pajé, que dirigisse uma cerimônia ritual, consultando as divindades tradicionais da montanha, chamadas *Malkus*.

Martínez não contém o riso ao lembrar-se desse episódio. “A sala era pequena”, diz ele, apertando as mãos, “e parecia ainda menor porque estava lotada de pessoas da comunidade. Um canto ficara livre, onde o *aysiri* e o seu assistente colocaram cuidadosamente um monte de têxteis. Depois de apagadas todas as luzes, o *aysiri* chamou os *Malkus* para entrar na sala escura como breu. Podia-se ouvir a respiração baixa das pessoas, os corpos movimentando-se nervosamente, como à espera de uma resposta.

“Um por um os *Malkus* se anunciaram por meio do *aysiri*, que assumiu os maneirismos de um condor e de diversos outros animais e falava com a voz de várias mulheres diferentes. Essas presenças começaram a conversar entre si e depois com a platéia. O pajé desapareceu inteiramente nessas pessoas, num drama de vários atos que envolveu todos durante horas. No fim, era evidente que os *Malkus* concordavam em que o projeto era bom. Criou-se um consenso de que os Jalq'a deviam conservar os dotes que tinham recebido — o idioma e a cultura, bem como os têxteis e as vestimentas tradicionais — para o mundo ter sentido. A missão das pessoas era trabalhar duro, cooperar entre si e lembrar-se do propósito comum na Terra.

“Cerca da meia-noite, foi servida uma refeição ritual de carne e milho. Permitiu-se que as pessoas levassem para casa as sobras, mas os ossos foram cuidadosamente separados como oferenda.

“Ao nascer do sol, fomos para o local onde seria construída a oficina. No local onde seria um dos cantos do prédio, o *aysiri* queimou os ossos e enterrou a cabeça de várias ovelhas. As cinzas foram cuidadosamente lidas e os sinais eram favoráveis.

“Fiquei comovido”, conclui Martínez, a sua voz profunda de barítono reduzida a um murmúrio. “A comunidade abriu-se a nós, convidava-nos para presenciar o seu diálogo com o sagrado. Era um presente de confiança que estávamos determinados a guardar.”

**N**os anos seguintes, a ASUR incentivaria assiduamente o reforço da vida ritual entre as comunidades Jalq'a, nas quais estava convidada a trabalhar. Novas oficinas seriam “abençoadas” numa forma semelhante à

de Irupampa; oferendas de coca, confete, pequenos doces e libações seriam feitas aos espíritos da montanha para comemorar ocasiões importantes; e dispensar-se-ia atenção à recuperação de canções e danças tradicionais que desapareciam da vida comunitária. A ASUR organizaria aulas de dança em Irupampa, incentivaria as pessoas a ressuscitar antigas vestes de festivais que tinham caído em desuso, tais como o inseto com asas enormes usado pelos dançarinos. A filha de Martínez e Cereceda que, em criança, participava das representações em tendas no Chile e nos grupos teatrais em Charazani, ao crescer seria etnomusicóloga profissional e gravaria as canções Jalq'a em fita para ser vendida em Sucre e La Paz. Todos esses esforços criaram entusiasmo que seria canalizado para o renascimento da tecelagem.

Olhando para trás, o processo de renascimento pareceria fluir inevitavelmente daquela primeira bênção dos Malkus em Irupampa, quando a ASUR, muito sabiamente, permitiu que os Jalq'a se colocassem no centro do projeto. Verónica Cereceda lembra-se dos acontecimentos de outra forma.

A primeira oficina foi construída com o trabalho da comunidade; várias tecelãs experientes, que Cereceda e Martínez tinham conhecido nas viagens a Chuquisaca, foram recrutadas como professoras; e o financiamento da Fundação Interamericana foi utilizado para estocar alpaca e lã de carneiro para os teares. Todas estavam ansiosas para começar, mas um obstáculo parecia insuperável. As mulheres ainda sabiam tecer, mas não se lembravam dos muitos animais estranhos, chamados *khurus*, que tinham sido o ponto alto dos desenhos Jalq'a. Dizia-se que muitos deles tinham nascido de sonhos dos ancestrais ou de desenhos em cavernas perdidos na antiguidade. Sem um estoque dos têxteis tradicionais para orientá-los, parecia improvável que os Jalq'a reciassem os *khurus*, muito menos transformassem o seu mundo de queda livre caótica numa aparência de ordem.

A solução de Cereceda foi contatar os colecionadores e revendedores que ela conhecia na Bolívia e no exterior, para conseguir fotografias das suas tecelagens Jalq'a. Em breve se tinha acumulado um acervo de mais de 300 motivos tradicionais. Fizeram-se ampliações que foram montadas nas paredes da oficina para orientar as jovens aprendizes; outras foram penduradas nos pátios das casas, de forma que mães e filhas pudessem usá-las como modelos das suas tecelagens. Eventualmente, juntaram-se os álbuns de fotografias e os diapositivos para circular

nas comunidades fora de Irupampa, à medida que se espalhava a notícia do renascimento dos têxteis em andamento.

Cereceda ainda se lembra do entusiasmo das mulheres Jalq'a quando viram as fotos pela primeira vez. Ela explica que não era uma questão de antecipar a iminência da recompensa monetária. Nada ainda fora tecido e não havia garantia de que algo fosse vendido. Era antes como uma criança voltando à casa paterna. As fotos permitiam às mulheres trazer à vida *khurus* esquecidos e encontrar uma forma de enquadrá-los num mundo de cores inesperadamente vibrantes.

O entusiasmo era inestimável, porque o trabalho, em si mesmo, era fisicamente rigoroso. Para produzir os têxteis apertados e finos preferidos pelos Jalq'a, a tecelã devia bater repetidamente o tecido com um osso de lhama até os fios ficarem esticados. Trançar o urdume e a trama para criar um motivo de queda livre dos *khurus* sem cavilhas de ordenamento exigia intensa concentração. Até mesmo as jovens queixavam-se de pressão nas costas e nos olhos e dores nos ombros. Uma aprendiz falou em nome de muitas ao observar: "Pouco a pouco nos acostumamos com o trabalho, mas o modo como os meus ombros doem no tear me dizem o que a gente sente quando envelhece."

Durante dois anos, as tecelãs de Irupampa praticaram a sua arte. Os têxteis melhoraram, à medida que foram encontrados fora da área novos fornecedores de lã para fiação. Era uma tarefa que consumia tempo mas era vital, uma vez que a qualidade da fiação diminuía e os rebanhos locais tinham sido dizimados nos anos de seca.

Mais difícil ainda era superar uma segunda deficiência. As fotografias que Cereceda coligira mostravam como muitos matizes tinham desaparecido da palheta de cores dos Jalq'a. Conseguiu-se encontrar um punhado de mulheres que ainda se lembravam como tingir os fios, mas não seria tarefa fácil transferir esse conhecimento e adaptá-lo para abastecer suficientemente as tecelãs. Uma senhora de idade, de Irupampa, assim explicou: "A geração que seguiu à minha tecia somente em três cores. A minha avó me disse que os nossos ancestrais utilizavam duas cores principais, mas no centro de cada têxtil havia um arco-íris de desenhos em cor-de-rosa, verde, amarelo e castanho-avermelhado. A preparação correta dessas cores e a tintura dos fios era trabalho árduo e confuso, por isso não era de surpreender que essa aptidão gradualmente desaparecesse. Os homens daqui nunca aprenderam a

fazer isso, mas agora alguns juntaram-se às jovens para aprender.”

**F**inalmente, Cereceda decidiu que era chegada a hora de informar o mundo externo sobre o que estava acontecendo. Tendo apresentado exposições de tecelagens andinas tanto no Chile como na França, decidiu fazê-lo novamente na Bolívia. A ASUR reuniu o melhor dos novos têxteis e preparou uma exposição num edifício público de Sucre, outrora uma igreja católica.

Nas três semanas seguintes, mais de 10.000 pessoas passaram pela galeria improvisada. Javier Velasco, diretor da maior organização não-governamental (ONG) da área, ainda se lembra como as pessoas ficavam boqui-abertas ao ver a exposição. Explicou ele que a maior parte dos moradores da classe média desta cidade famosa pela arquitetura colonial e legado espanhol nunca tinha antes se preocupado com os Jalq'a, não vendo nenhuma diferença entre eles e a horda de outros migrantes rurais que habitavam os bairros mais pobres. “Ver este trabalho num museu foi o momento decisivo”, ressalta Velasco. “Criou um novo respeito entre os muitos moradores da cidade não somente pelos Jalq'a mas também pelos outros grupos étnicos da região.” As roupas estranhas, que antes indicavam o atraso uniforme dos que as vestiam, revelavam agora ao olho informado e curioso uma variedade impressionante de cores e desenhos, além da riqueza da herança indígena da área.

Esta exposição foi seguida por outra, de dimensões ainda maiores, no *Museo Nacional de Arte*, situado na praça central de La Paz, do outro lado do Palácio Presidencial e do Congresso Nacional. Era a primeira vez que se exibiam têxteis indígenas no Museu e uma delegação de homens e mulheres Jalq'a foi à capital para a recepção de abertura. Timoteo Mamani, um dos líderes da oficina de Irupampa, estava bem consciente da importância marcante que este evento representava para o seu povo ao dirigir a palavra à multidão de dignitários, inclusive representantes da imprensa nacional. “Até onde nos podemos lembrar”, disse Mamani, “sempre que o nosso povo vinha a La Paz ou ia a Sucre, era ridicularizado. Pessoas que não conhecíamos gritavam: Quem são vocês, de onde é que vêm, por que se vestem como indígenas, por que não voltam para o lugar de onde vieram? Agora, aqui estamos, vendo o povo desta grande cidade admirar os nossos têxteis. Hoje é um grande dia, um dia que ficará por muito tempo na nossa lembrança

pela grande mudança que está ocorrendo na nossa vida.”

**U**ma grande mudança também ocorria na situação financeira deles. Cereceda utilizara os fundos da ASUR para comprar a maior parte das melhores tecelagens para fins educacionais e curatoriais e as exposições por ela organizadas tornaram-se o instrumento de comercialização para vender outros trabalhos. Sem saber, a ASUR seguia os passos adotados pelos artesãos americanos nativos da América do Norte, usando exposições em museus para familiarizar o público com a arte dos Jalq'a e as lojas dos museus para vendê-la.

Nos últimos quatro anos, a exposição Jalq'a aprimorou-se, transformando-se talvez na melhor mostra da etnografia boliviana atualmente existente. Inclui exemplos excelentes de axsus contemporâneos, manequins com roupas diárias e vestimentas rituais espetaculares, fotografias das primeiras tecelagens, mapas do universo Jalq'a e diagramas que discutem a história do grupo e descrevem a iconografia dos seus têxteis. A exposição viajou a Paris, Genebra e *Smithsonian Institution* em Washington, D. C. Em La Paz, as Nações Unidas organizaram uma versão em menor escala da exposição no saguão do seu edifício para promover a venda aos consultores em desenvolvimento internacional que estavam visitando. Foi também criado um fundo de crédito para permitir aos funcionários da ONU comprar as tecelagens.

Mas a fonte principal de comercialização situa-se em Sucre, num museu e loja de arte étnica estabelecido num convento colonial renovado. O governo fez da exposição permanente uma parada obrigatória aos dignitários estrangeiros que visitam a capital colonial e atrai um fluxo contínuo de turistas e bolivianos curiosos. Cerca de 3.900 pessoas passaram por suas portas nos primeiros seis meses de 1992.

As vendas têm sido ativas, cerca de US\$20.000 em têxteis dos Jalq'a só na primeira metade de 1992 e o preço médio continua a aumentar. Uma razão é a melhoria contínua da qualidade da tecelagem. Por exemplo, Juana Rodríguez, da comunidade de Maragua, está agora concluindo o seu oitavo axsu. Cada tecelagem sucessiva tem apresentado linhas mais nítidas de khurus, textura mais suave e composições mais complexas. Cada qual também custa mais caro que o anterior.

Como muitas tecelãs do Programa da ASUR, Juana já não depende das fotografias de outras tecelagens para

inspirar-se. Outra mulher, de Irupampa, assim descreveu a proficiência crescente das colegas: “É melhor quando os desenhos saem da nossa cabeça em vez das fotografias, porque deixa os fios cantarem. Temos maior liberdade de criar grandes khurus de todos os tipos. É como de repente poder ler com clareza impressionante.”

Cereceda acolhe com satisfação essa fluência, porque é sinal que os Jalq’a estão novamente em contato com as mesmas fontes culturais que inspiraram os seus ancestrais a criar as tecelagens maravilhosas, perdidas há duas décadas. Mas agora os Jalq’a compreendem o valor comercial e podem produzir novos têxteis a fim de atender à procura externa sem vender a própria herança.

Cereceda é mais circunspecta quando se trata de explicar a atração dos têxteis Jalq’a. A seu ver, ao contrário dos padrões e simetrias rígidos que caracterizam a maior parte dos têxteis andinos e torna fácil decifrá-los por meio da comparação, os Jalq’a parecem estar em contato com um espaço primevo “escuro, obsessivo e subterrâneo, uma região dentro da terra onde a vida está em gestação, a criação é constante e as possibilidades são ilimitadas.” Quando as figuras humanas aparecem, são pequenas e marginais, reduzidas por um universo de criaturas estranhas. Ao fazer a exposição, ela não deixou de ressaltar que os Jalq’a são nossos contemporâneos — que conseguem manter-se na superfície no mundo moderno — sem diminuir o mistério do mundo ancestral que integra a sua cultura.

Pressionada a falar mais, ela passa a palavra aos Jalq’a, que oferecem informação com relutância. Talvez estejam certos. Ariel Dorfman, escritor chileno, visitou o povo Mataco do norte da Argentina há vários anos e perguntou-se por que hesitavam tanto em ensinar a sua língua aos forasteiros, mesmo aos poucos interessados. Dorfman finalmente decidiu que os Maticos guardavam o seu último santuário, o núcleo de identidade que lhes permitia sobreviver às incursões do mundo moderno.

Para Elayne Zorn, antropóloga norte-americana e autoridade em têxteis andinos, as perguntas dos forasteiros são freqüentemente fora de contexto, relacionando-se mais com o racionalismo da sociedade industrial ocidental do que com um desejo de compreender a visão do mundo de um povo agrário com raízes culturais acentuadamente diferentes. Segundo ela, a tecelagem é uma atividade conceitual como a literatura e a pintura, que comunica uma forma de experimentar o mundo, não de explicá-lo.

Martínez e Cereceda compreenderam que o da tecelagem Jalq’a dependia da renovação da cultura Jalq’a, mas também sabiam que esse renascimento não duraria muito a não ser que fosse economicamente viável. Como a meta era ressuscitar o axsu e comercializá-lo como arte étnica, era preciso estabelecer um sistema diferencial de classificação e preço. Com o tempo, o projeto transformou-se num sistema de seis categorias, indo de “extra” na extremidade mais alta a “D” na mais baixa. As categorias “C” e “D” representavam tipicamente o trabalho das adolescentes que estavam aprendendo a arte. Tinham concluído um curso de uma semana sobre desenhos de khurus, ensinado pelo conjunto de 20 tecelãs mestras da ASUR e terminado o seu axsus sob a supervisão da respectiva mãe em casa.

O orgulho profissional decorrente da produção de tecelagens de alta qualidade é reforçado pela renda mais alta que traz consigo. O preço dos axsus na loja de Sucre geralmente varia de US\$100 a US\$200 por peça. Alguns excepcionais são vendidos a US\$300. Após as deduções do custo da lã, tintura, fundo da empresa comunitária e lucro da loja, as melhores tecelãs freqüentemente ganham até US\$100.

A capacidade de equiparar a renda familiar anual da área em dois ou três meses torna as tecelãs altamente motivadas a intensificar a produção. No entanto, conforme indica uma líder da oficina em Irupampa, os novos benefícios implicam custos, os quais, até agora, elas têm pago de boa vontade. “Os nossos ancestrais teciam apenas para fazer as próprias roupas”, diz ela, não para ganhar dinheiro. Provavelmente produziam um único axsu por ano e, num ano excepcional, dois. O ano passado eu fiz quatro. As nossas necessidades são agora diferentes, precisamos de dinheiro para sobreviver. Mas o ritmo do trabalho pode quebrar uma pessoa e procurar encaixá-lo entre as nossas responsabilidades pelos filhos e outras tarefas, especialmente nas épocas de plantação e colheita, não deixa tempo de sobra.”

Pode-se perguntar se a comercialização da tecelagem eventualmente corroerá o seu lugar na cultura tradicional e talvez até mesmo introduza pressões que destruam a sociedade Jalq’a. Os resultados iniciais sugerem o oposto. A ASUR tem tomado medidas para enraizar os padrões de controle da qualidade não somente no mérito técnico, mas na fidelidade ao espírito das melhores tecelãs do passado. Os benefícios econômicos decorrentes desse sistema reforçam a legitimidade da sua dupla exigência.

O orgulho renovado na cultura Jalq'a tem sido acompanhado por um pequeno surto nas compras de rádios transistorizados, fogões a gás, vestidos feitos em casa, arroz e macarrão e, ao menos para uma família, um terreno na cidade. Uma mulher pôde pagar cuidados de emergência para o marido que sofreu queimaduras de segundo grau num acidente; outra pôde financiar a festa de casamento da filha.

As rendas variam, dependendo da habilidade e esforço, mas o impulso para o individualismo e fragmentação social é controlado pelo reconhecimento mútuo de que uma renda maior no futuro dependerá de uma gestão comunitária bem-sucedida.

Os ganhos econômicos do projeto também reforçaram a vida familiar dos Jalq'a e puseram em moção uma dinâmica para ampliar a participação ativa da comunidade. Várias mulheres de diversas aldeias pararam de trabalhar como domésticas morando na casa dos patrões em Sucre, preferindo, ao contrário, ficar em casa com os filhos e tecer. E os maridos também ficam em casa.

Um homem de Potolo explicou que os homens casados de lá já não emigram vários meses por ano para Chapare, uma das maiores zonas de produção de folha de coca do mundo, para sustentar a família. "Aqui", diz ele, "os homens começaram a assumir parte da tarefa de cozinhar, cuidam mais dos filhos e pastoreiam os animais. Alguns até mesmo fiam a lã para que a mulher tenha mais tempo para tecer." Ele reconhecia que os homens solteiros ainda têm de sair para ganhar dinheiro, mas achava que tinham agora mais motivo para regressar, casar-se e constituir família. "As mulheres solteiras daqui, mesmo as que não têm terra e que apenas sobrevivem vendendo ovos ou chicha [cerveja feita de milho], também estão começando a tecer."

A mudança do papel econômico da mulher está também ampliando a sua função social. Há alguns meses, uma tecelã de Irupampa visitou os parentes noutra aldeia não participante do programa da ASUR. Numa reunião do sindicato, foro do governo local, ficou impressionada com a verbosidade dos homens e o silêncio das mulheres. "Percebi", disse ela, "que a minha aldeia antes era assim. Mas depois que começaram as nossas oficinas, os homens ficaram para trás de nós, dizendo-nos que eles não eram os únicos com boca. Agora temos a coragem de falar sobre o que nos incomoda, sobre as próprias obrigações e as obrigações dos outros. Seja qual for o assunto, encontramos alguma coisa a dizer. Sim, parece que

aprendemos a usar a boca para falar!"

Grças à assistência financeira da Organização Inter-nacional do Trabalho das Nações Unidas e do COTESU, órgão de ajuda para o desenvolvimento do Governo da Suíça, as oficinas da ASUR espalharam-se a cinco outras comunidades Jalq'a, beneficiando 400 tecelãs e suas famílias. Como a mulher acima citada, estas mulheres estão confiantes em que as suas realizações não são temporárias.

Cereceda e Martínez compreendem que mesmo um início promissor pode fracassar. Muitas outras comunidades estão pedindo para participar e diversas tecelãs adeptas estabeleceram a própria oficina em Sucre para 25 tecelãs e 110 fiadoras. O mercado de turistas da Bolívia poderá, em breve, ficar saturado, de forma que a ASUR está estudando possibilidades no exterior. Mas, mesmo que os têxteis de Jalq'a venham a ser populares lá, a falta da proteção de direitos autorais de desenhos de arte "folclórica" poderá tornar impossível competir com empresas bem capitalizadas capazes de produzir imitações em massa.

O esforço dos Jalq'a em atingir mercados altamente seletivos de arte étnica autêntica, em vez do comércio de lembranças, é calculado para evitar esses perigos. E as experiências dos Navajos, do sudoeste dos Estados Unidos, e dos Mayan Sna Jolobil, do México, demonstram que é possível manter padrões altamente estéticos de têxteis, promover o trabalho por meio de exposições em museus e galerias e comercializá-lo em lojas de museus, despertando ao mesmo tempo um renascimento local da cultura indígena.

A transição para a comercialização internacional requererá um novo nível de sofisticação e Martínez e Cereceda passaram os últimos cinco anos preparando-se para ajudar os Jalq'a a adquirir as ferramentas de que necessitarão. A ASUR passou de uma operação caseira, dirigida do assento traseiro de um jipe, para uma organização nacionalmente conhecida com 20 funcionários especializados em vendas, exposições, desenvolvimento da microempresa, contabilidade e treinamento. Em breve se tornará fundação cultural legalmente registrada, a primeira desse tipo na Bolívia.

A ASUR está constantemente trabalhando com os Jalq'a na busca de meios para acrescentar valor e reduzir custos. Microempresas de fiação e tintura foram estabelecidas em Irupampa para assegurar amplo fornecimento

de fio de lã de baixo custo e alta qualidade às tecelãs da área. A empresa experimental de fiação, que utiliza maquinaria de baixa tecnologia produzida no local, está gerando novos empregos para homens e mulheres. Permitirá também às tecelãs maximizar o valor do seu trabalho. O tempo economizado por não se precisar usar carretel de subir e descer para produzir o próprio fio pode agora ser dedicado a tecer axsus, dobrando potencialmente a renda das artesãs.

Recentemente, estabeleceram-se microempresas para usar o material restante da empresa de fiação da lã para fazer chapéus e colchões. Consultores de desenho comercial estão também estudando como este material pode ser usado para fazer tapetes. Um mini-sistema hidrelétrico está agora sendo construído em Irupampa para substituir o motor a diesel, atualmente a única fonte de energia na área. O novo sistema proporcionará uma fonte confiável e praticamente gratuita de energia para aumentar a produção futura.

A ASUR compreende que, para este complexo de microempresas de Irupampa se tornar o centro de uma economia rural local próspera, os Jalq'a devem ser capazes de dirigir os seus interesses com eficiência. Inicialmente, as perspectivas não eram promissoras. As tecelãs de Jalq'a não tinham instrução formal, não sabiam somar nem diminuir e só com dificuldade podiam escrever o próprio nome. Os homens não tinham mais do que o ensino primário e a maioria era funcionalmente analfabeta. Entretanto, todos demonstraram um grande apetite para aprender.

O programa de alfabetização iniciado pela ASUR foi seguido de cursos em contabilidade e administração, ensinados por especialistas vindos de La Paz. Hoje, as aulas noturnas em Irupampa são repletas de homens e mulheres, apertando as teclas das calculadoras e praticando caligrafia. Os diplomados desses cursos estão mantendo todos os registros do projeto, desde os inventários de madeira e outros materiais de construção aos resultados das experiências de fiação e tintura, a fim de melhorar a qualidade dos fios de lã. Administram os fundos da oficina, calculam custos, distribuem lã e refinam e implementam o sistema de controle da qualidade para a venda de têxteis na loja de Sucre. Designam o pessoal, em base de rodízio, dos sete *Jatun Comités* que as comunidades Jalq'a participantes estabeleceram para supervisionar as oficinas e as microempresas. O presidente do *Jatun Comité* de Irupampa é o primeiro Jalq'a a

aprender computação.

Mas talvez o sinal mais claro do controle dos Jalq'a sobre a própria empresa seja a decisão de 72 das 76 famílias de Irupampa de comprar ações das microempresas da aldeia.

Não é de surpreender que a experiência dos Jalq'a esteja abrindo olhos influentes em toda a Bolívia. O *Fondo de Inversión Social* (FIS), órgão do Governo boliviano financiado pelo Banco Mundial para apoiar ONG, e a *Fundación Quipus*, que está lançando um dos primeiros museus de arte popular do país, expressaram grande interesse. Javier Medina, funcionário do FIS e autor do livro recém-publicado *Repensar Bolívia*, crê que "o modelo Jalq'a de etnodesenvolvimento pode ser disseminado em todo o país." Argumenta que a Bolívia deve reinventar as suas próprias soluções, porque os modelos rurais de desenvolvimento comunitário importados do Ocidente industrializado não conseguiram lançar raízes nos Andes.

Cereceda e Martínez demonstraram que a sua metodologia funciona noutras partes da região sul de Chuquisaca. Quando, há vários anos, o esforço de uma entidade internacional de desenvolvimento para promover um programa de artesanato entre os habitantes de Tarabuco começou a vacilar, pediu-se a intervenção da ASUR. Os tarabuquinhos, resplendentes em seus capacetes negros, do tipo dos conquistadores, ponchos de listras vivas e axsus ricos em detalhes, ainda não tinham perdido a vestimenta ou tecelagem nativas tradicionais, mas a introdução de fios de acrílico, o declínio da qualidade da produção e a taxa crescente de migração sazonal por parte dos homens em busca de trabalho mostraram que o seu modo de vida sofria pressão.

A ASUR começou a trabalhar com mais de 300 mulheres de Tarabuco de sete comunidades para reverter esse declínio. Utilizando a metodologia desbravada entre os Jalq'a, ajudou a organizar oficinas comunitárias constituídas por tecelãs mestras, reforçou a vida ritual local, reintroduziu os fios de lã natural, dinamizou o processo de tintura e montou axsus para serem pendurados em paredes que poderiam ser expostos em museus e vendidos na loja de Sucre. Utilizando uma palheta de cerca de 25 cores, as tecelãs compuseram nos seus axsus representações do arco-íris, frutas, flores, animais, rios e até mesmo o Pukara, altar andino. Os têxteis simetricamente padronizados com faixas policromáticas estão longe do motivo

de khurus em queda livre dos Jalq'a, mas demonstraram ser igualmente populares. Hoje, na loja de Sucre, as tecelagens de Tarabuco equiparam-se, em venda, às de Jalq'a.

Agora, assentadas as raízes do projeto, a ASUR promove reuniões conjuntas dos tarabuquenhos e Jalq'a, programas de treinamento em autogestão e aberturas de oficinas a fim de preparar o cenário para uma federação indígena gerir o desenvolvimento micro-regional.

Quando Martínez e Cereceda encetaram a jornada em busca dos Jalq'a há sete anos atrás, tinham a esperança de descobrir os descendentes dos primeiros andinos. Vivendo próximos aos Jalq'a e ouvindo as suas estórias, aprenderam que os Jalq'a não se consideram uma progênie especial de chulpas, as quais, para eles, são os antepassados de todos os seres humanos.

No ano passado, em Washington, D. C., no Festival de Folclore da *Smithsonian Institution* em celebração dos povos indígenas 500 anos após Colombo "ter descoberto" a América, Martínez acompanhou vários tecelões (homens e mulheres) Jalq'a numa visita à exposição de dinossauros do Museu de História Natural. Os Jalq'a ficaram tão impressionados com a exposição que chegaram a discutir a possibilidade de incluir dinossauros entre os khurus que habitavam os seus axsus. Martínez não se surpreendeu, porque os Jalq'a há muito tempo estão abertos à mudança. Rossana Barragón, etno-historiadora da ASUR, pesquisou intensamente textos espanhóis que datam do Século XVI ao Século XIX sem encontrar qualquer menção aos Jalq'a. Agora ela é de opinião que

os bandos de indígenas do altiplano e da planície juntaram-se no fim do Século XIX para reinventar a si mesmos como Jalq'a.

Quando se pergunta a Martínez e Cereceda se a busca dos primeiros andinos fracassou, eles sorriem enigmaticamente. Talvez se estejam lembrando de duas visitas recentes. No início do ano, tecelões peruanos da ilha de Taquile, no Laco Titicaca, descendentes do Império Incaico encontrados pelos homens de Pizarro no Século XIX, viajaram a Irupampa para estudar a experiência dos Jalq'a, conhecer as suas máquinas de fiação, sistema de controle da qualidade e estratégia de comercialização. Pouco depois, uma delegação de Calchenhos, da região de Potosí, na Bolívia, fizeram a mesma viagem para reanimar a sua tradição de tecelagem, outrora tremenda.

O etno-historiador John Murra descreveu o apego dos povos andinos pré-colombianos aos têxteis como nada menos que uma obsessão. As tecelagens têm sido usadas para comemorar momentos importantes da vida e a vestimenta diária ainda denota visualmente as marcas da identidade étnica. Ressalta ele que a cultura andina é dinâmica e não estática. Se os Jalq'a ajudaram a inspirar um renascimento da tecelagem em todos os Andes, talvez ainda venham a provar que são os primeiros andinos do próximo século. Se for correta a afirmação do escritor mexicano Carlos Fuentes de que Colombo não descobriu a "América" mas indicou o início da sua invenção, então os Jalq'a e os seus navegadores chilenos e bolivianos da ASUR também estão cartografando uma viagem de descoberta do que significa ser um autêntico latino-americano.

---

KEVIN HEALY é o representante da Fundação Interamericana para a Bolívia. Enrique Aguilar e Ruth Flores proporcionaram pesquisa inestimável para este artigo.

# SEGURANÇA DE ALIMENTOS E DESENVOLVIMENTO NO HAITI

Num dia de calor sufocante, em agosto de 1987, 315 pequenos agricultores, membros da *Organizasyon Agrikol pou Developman* (OGAD), reuniram-se no Vale Artibonite, no Haiti, para celebrar a realização de um sonho antigo. Estavam inaugurando a sua própria *estokaj* ou empresa de armazenagem de alimentos. Reunindo as suas economias com uma doação de US\$10.000 da Fundação Interamericana, tinham comprado materiais de construção e levantado um silo de bloco de concreto de cinzas de quatro câmaras, construído para armazenar cerca de 50 toneladas de milho, sorgo, arroz e feijão produzidos no local. Um fundo de crédito rotativo de US\$1.200 fora criado para comprar a safra dos produtos agrícolas dos membros na época da colheita, quando houvesse abundância e os preços fossem baixos. A safra seria armazenada até subir o preço no mercado ou até que os agricultores necessitassem de comida na mesa ou de sementes para plantar. Cada um desses benefícios da *estokaj* prometia liberar os membros do vínculo com os *spekilatè* ou intermediários, que controlavam os preços do mercado local por meio do domínio virtual sobre o crédito para comprar gêneros de primeira necessidade e materiais agrícolas.

Três meses mais tarde este início promissor estava num beco sem saída. Perto da meia-noite de 24 de novembro, oito semanas após a colheita do milho e alguns dias antes das primeiras eleições nacionais marcadas segundo a Constituição recém-ratificada, um bando de cerca de 36 homens mascarados surgiu das trevas, disparando no ar em volta do silo. Há semanas circulavam no

vale boatos de um assalto iminente e um pequeno grupo de agricultores desarmados tinha organizado uma vigília, na esperança de que a sua presença protegesse o edifício. De nada adiantou.

Forçados a retirar-se a uma distância segura, os agricultores ouviram gritos de ordens para tirar os sacos de milho, espalhar querosene sobre o resto e incendiar o edifício. Viram os saqueadores, sinistramente iluminados pelo fogo crescente, espalhar-se ao redor do silo em chamas como um exército de sombras, gritando ameaças e disparando saraivadas de balas no ar antes de, finalmente, serem de novo engolfados pela noite.

A notícia do ataque espalhou-se rapidamente em todo o vale e nos contrafortes das cercanias. Ao amanhecer, as famílias da OGAD e os seus amigos e apoiadores tinham-se reunido para fazer um levantamento das ruínas ainda fumegantes. Além do silo, quase 6.000 *marmites* de milho, aproximadamente 16,5 toneladas, no valor de US\$4.800, tinham sido perdidas. Perdeu-se também o estoque de sementes para o plantio seguinte. Todas as perspectivas de recapitalização do fundo de crédito, que incluía a ação de um dólar duramente ganha de cada membro, tinham desaparecido. A única notícia boa era que ninguém tinha morrido.

Mais tarde naquele dia, o tesoureiro da OGAD emitiu uma nota desafiadora numa entrevista com um repórter do rádio. “Como somos motivados e temos esperança”, disse ele, “não abandonaremos este projeto. Começaremos a reunir-nos novamente o quanto antes possível para ver como reiniciar o nosso programa de armazenagem de

cereais. A *estokaj* é crucial para a nossa sobrevivência como camponeses agricultores.”

O progresso foi lento, apesar destas palavras de determinação. No vale era impossível aos saqueadores manter secreta a sua identidade. Era ainda mais fácil desmascarar os chefes da quadrilha, porque os boatos faziam chegar até eles. Sete nomes foram indicados: dois delegados locais, membros do exército haitiano; e cinco *gwo neg*, ou maiores, ex-oficiais do regime deposto de Duvalier e membros fundadores de uma nova gangue paramilitar, o *gwoup san maman* ou os sem-mãe. Entre os chefes estava um dos maiores agiotas e *spekialtè*, que empregavam uma rede de agentes, chamados *sekretè*, que vasculhavam o interior para conseguir a colheita dos agricultores a preço de banana.

Nenhum desses homens chegou a ser acusado oficialmente. De fato, os únicos aprisionados foram os administradores da OGAD depois da entrevista no rádio. A rápida intervenção de diversos haitianos e de organizações internacionais de direitos humanos e não-governamentais os salvaram de lesão física, mas uma mensagem fora transmitida. Dezoito meses após o incêndio, a participação ativa diminuíra em muitos grupos comunitários de oito a quinze membros que formavam o núcleo da OGAD e não se tomava nenhuma medida para reconstruir o silo. Uma doação suplementar da Fundação Interamericana permitiu à OGAD substituir o seu estoque de sementes e recuperar as ações dos membros no fundo rotativo, mas a comercialização ainda era dominada pelos *spekialtè*.

Na convicção de que a carcassa do silo poderia ser resgatada para uso posterior, em meados de 1988 os líderes da OGAD recomendaram que fosse demolida, bloco por bloco. Inesperadamente, os membros recusaram-se, oferecendo uma razão obsedante. Assim se expressou um deles: “Estas ruínas devem ser deixadas aqui, para que os nossos filhos nunca se esqueçam do que eles fizeram conosco.”

Um ano mais tarde, a OGAD decidiu revitalizar a sua *estokaj*. Com o apoio da Fundação, a *Oganizasyon* começou a construir quatro silos menores e descentralizados e reiniciou o treinamento dos membros em administração das unidades quando abriram nos meados de 1990. Para avaliar esse esforço e as perspectivas de ampliar o mecanismo da *estokaj* a outros grupos de pequenos agricultores interessados, em 1991 a Fundação encarregou a sua equipe de Serviços de Apoio Local de estudar

três das 14 doações ativas que apoiavam a armazenagem de alimentos e comercialização. Figura, a seguir, um resumo das suas conclusões.

## OBJETIVOS DO PROJETO

Um estudo dos materiais disponíveis e das entrevistas com os participantes do projeto da OGAD — *Asosyasyon Animatè Kot Sid* (AAKS) e a *Asosyasyon Peyizan ak Atizan Bonbad* (APAB) — resalta a importância dos programas de *estokaj* para as famílias dos pequenos agricultores que constituem cerca de 70% da população do país. Todos os três projetos compartilham quatro objetivos amplos. A primeira meta é garantir a segurança de alimentos num país em que a fome é generalizada e a UNICEF indica que 75% das crianças da zona rural são malnutridas.

Mesmo as aldeias que produzem amplas safras de alimentos podem sofrer escassez. Os métodos tradicionais de armazenagem das colheitas — pendurar em tranças em árvores ou postes (*gwan-n*), em sacos feitos de folhas de palmeira entrelaçadas (*djakout-sak*) ou em barracões de madeira com teto de zinco (*kolonbye*) — dependem de cada família e têm capacidade limitada. Frequentemente, as famílias rurais esgotam o seu suprimento entre as colheitas e como geralmente não há reserva comunitária, são obrigadas a comprar alimentos dos intermediários regionais a preços mais altos. Ao possibilitar aos agricultores armazenar com segurança uma maior parte da colheita, a *estokaj* cria uma “caixa econômica de alimentos” local à disposição dos membros quando surgir a necessidade.

O segundo objetivo é assegurar que os agricultores tenham acesso, no início de cada época de plantação, a sementes de baixo custo, resistentes aos rigores do meio ambiente. Ou seja, os programas de armazenagem comunitária atuam como “caixas econômicas de sementes” comunitárias. Sem a *estokaj*, os camponeses podem ser realmente forçados a comprar de volta por preços altos os mesmos cereais para plantação que venderam aos *spekialtè* meses antes, quando os preços pós-safra eram baixos.

O terceiro objetivo é aumentar a renda familiar. A armazenagem de cereais da comunidade permite aos agricultores vender as safras em todo o período pós-safra e esperar pelo preço certo. Como os preços flutuam até 400% entre as safras, dependendo do produto e da

acessibilidade aos fornecedores de uma determinada zona geográfica, o potencial de renda mais alta é considerável. Maiores margens de lucro são críticas não apenas como fonte de capital semente para o desenvolvimento comunitário, mas também para permitir às famílias economizar o dinheiro de que necessitam para a educação dos filhos e sobreviver emergências médicas ou safras baixas no futuro.

Atualmente, os agricultores não-organizados devem freqüentemente vender parte do alimento reservado para a subsistência até a safra seguinte e esperar que agüentem ou tomar dinheiro emprestado de um agiota. As taxas de juros mensais geralmente começam a 20%. Como o mutuante é também, com freqüência, o intermediário da comercialização de cereais, os agricultores ficam facilmente presos numa teia apertada de dívidas, hipotecando a safra seguinte para pagar as insuficiências da anterior. Ao melhorar a segurança dos alimentos no interior e proporcionar estoques abundantes que possam ser liberados para atender à demanda, a *estokaj* amortece a psicologia da escassez. Isso pode ajudar a estabilizar os preços nos mercados regionais, possibilitando que os moradores da cidade também sejam beneficiados.

Finalmente, esses programas geram o capital humano e financeiro necessário para deslanchar o desenvolvimento nas comunidades rurais. Mediante o reforço das organizações locais e a liberação da iniciativa local, a *estokaj* prepara o caminho para outros empreendimentos, tais como proporcionar água potável, fazer campanhas de alfabetização, enriquecer o solo, melhorar as técnicas agrícolas e recuperar as encostas montanhosas desmatadas.

## APRENDENDO A OPERAR SILOS E ADMINISTRAR O CRÉDITO

Os custos iniciais principais do programa da *estokaj* implicam construir instalações adequadas de armazenagem e proporcionar empréstimos numa forma que os agricultores possam utilizá-los. A assistência técnica e o treinamento em gestão empresarial são importantes para a *estokaj* se tornar sustentável. Todos os três projetos do estudo forneceram contribuições de contraparte sob a forma de mão-de-obra e certo montante em dinheiro; mas os materiais de construção, fundos de crédito rotativos, programas de treinamento e capital operacional

inicial para operar os silos em grande parte provêm de fora dessas mesmas comunidades de baixa renda. A Fundação Interamericana fez doações de US\$16.931 à OGAD, US\$12.138 à APAB e US\$15.810 à AAKS.

Cada projeto escolheu a própria tecnologia de armazenagem. A OGAD construiu quatro silos de bloco de concreto de cinzas de quatro câmaras nas aldeias de Martineau, Morisseau, Charrier e Drice e concentrou-se em dois cultivos: milho e sorgo. Num programa piloto formulado para produzir os dados de linha base a fim de ampliar o serviço a todos os 1.250 membros, a AAKS construiu dois silos de câmara dupla e um silo de câmara única de concreto de cinzas nas aldeias de Fiereville e Saint Alba e na vila de Tiburon, manejando diversos cultivos. A APAB decidiu não investir recursos significativos numa estrutura física em local central para apoiar os seus 255 pequenos agricultores que vivem na cidadezinha de Bombardopolis ou nos seus arredores. Em vez disso, vários *djakout-sak*, feitos de folhas de palmeira entrelaçadas, capazes de reter 40 a 50 *marmites* (100 a 125 kg) de cereais cada um, foram distribuídos a cada um dos 16 subgrupos filiados. Na época da avaliação, a *estokaj* da OGAD estava em funcionamento há nove meses, a da AAKS há 18 meses e a da APAB há seis meses.

Embora cada *estokaj* focalize exclusivamente os cultivos alimentares plantados no local, há diferenças na escolha do cultivo, dos fornecedores, de volume de produto armazenado para consumo e para venda, bem como de método de implementação. Os silos da OGAD têm sido usados unicamente para armazenar milho e sorgo produzidos pelos membros. Cerca de 60% do sorgo é guardado para atender às necessidades de subsistência, ao passo que o restante e todo o milho são comercializados pela organização. A AAKS armazena o amendoim e feijão dos membros, bem como o milho e sorgo, mas não comercializa. Os membros decidem que parcela da colheita individualmente guardada será reservada para alimento e semente e eles mesmos vendem o restante. A APAB compra sorgo, amendoim, feijão e arroz dos fornecedores locais, inclusive de não-membros quando a produção é baixa, e armazena as safras para venda futura como alimento ou semente nos mercados locais, dividindo a renda entre os membros.

Cada uma das três organizações também escolheu o seu próprio sistema de armazenagem. A OGAD enche os seus silos a granel, sem separar as safras do piso de

cimento. A AAKS enche os seus silos armazenando os cultivos em sacos, empilhados em pranchas de madeira acima do piso de concreto. Os 16 grupos da APAB armazenam os seus cereais em *djakout-sak* nas casas designadas pelos membros. Os sacos entrelaçados são colocados em pranchas acima do chão de terra batida dessas estruturas rústicas.

O exame dos métodos de armazenagem e administração nos diversos locais dos três programas revelou lições para outros grupos que desejem estabelecer uma *estokaj*. Todas as três organizações sofreram prejuízo causado por roedores no cereal armazenado. Não basta simplesmente construir uma estrutura sólida; o edifício deve ser mantido e gerido de forma vigilante. Os silos da AAKS em Tiburon e Rendel, por exemplo, revelam a importância de que as portas estejam devidamente encaixadas nas molduras e de que sejam tapadas as aberturas entre o batente da porta e a parede, à medida que se assenta o edifício recém-construído. Em todos os três projetos demonstrou-se que as aberturas de ventilação nos silos ou as vazios deixados entre o telhado e as paredes das casas devem ser fechados com telas. Devem-se colocar ratoeiras perto dessas aberturas como medida de segurança ou para minimizar o prejuízo se a comunidade não puder pagar o custo da tela. Finalmente, deve-se considerar o uso de predadores naturais, ou seja, gatos.

Experiências diversas de prejuízo causado pela umidade também podem oferecer uma perspectiva. As provas preliminares da AAKS em Tiburon e da OGAD em Desarmes sugerem a necessidade de modificar as técnicas de armazenagem a granel, uma vez que a umidade que sobe do piso nesses locais causou o endurecimento dos cereais na parte inferior. Constatou-se também prejuízo causado pelo mofo. Nas instalações da AAKS e da APAB, onde os cereais são ensacados e armazenados sobre pranchas de madeira, evitou-se este problema, sugerindo um remédio de baixo custo sem a despesa de instalar piso de concreto.

Observou-se também o problema do controle de insetos. Algumas estruturas não foram devidamente fumegadas antes da armazenagem da safra. Nos silos da OGAD em Desarmes e nos da APAB em Bombardopolis, os cereais foram expostos a doses de inseticidas ou demasiadamente elevadas, criando graves perigos para a saúde, ou demasiadamente baixas para serem eficazes. De modo geral, dispensou-se pouca atenção à necessidade de tratamentos exatos. Os avaliadores do programa

observaram que o pessoal encarregado dos silos ou não compreendia ou não usava sistematicamente as técnicas adequadas de aplicação.

Isto é sintomático de uma falha generalizada entre os líderes dos grupos, administradores de silos e agricultores de compreender a inter-relação entre as ações e os planos destinados a assegurar o maior grau de eficiência, segurança e sucesso do programa. Até certo ponto, pode-se atribuir isso à relativa novidade dos programas. Cada silo teve apenas algumas safras para proporcionar a linha base de comparação de que os grupos necessitam para assinalar com precisão os problemas e identificar soluções. A convulsão política ao nível nacional e em todo o interior também torna difícil que os grupos reflitam sobre as experiências quando o desafio futuro é a própria sobrevivência. No entanto, a falta de compreensão de medidas básicas, críticas para o sucesso a longo prazo, ressalta a necessidade de proporcionar treinamento e assistência técnica em futuras doações e sugere que os projetos devem preparar algum mecanismo para os administradores de silos e líderes e membros das organizações intercambiarem experiências, identificarem problemas e testarem soluções.

Apesar dessas dificuldades, as perdas globais de cereais no período da avaliação foram mínimas e todas as três empresas produziram rendas muito necessárias. As perdas da OGAD foram nulas no caso do sorgo, responsável por 85% da sua armazenagem, e 10% no caso do milho. Podem-se aduzir três razões da perda: os problemas já mencionados de controle de pragas e umidade e vazamentos no invólucro das canaletas de cereais num dos silos. As perdas da AAK foram inferiores a 1% no caso do sorgo e do amendoim, responsáveis por 15% da armazenagem das safras, e 3% no caso do milho e feijão, que constituem o restante. A APAB indica perdas de quase 8.5% em todas as safras, causadas pelos problemas anteriormente citados de mofo e roedores, além de roubo num dos seus depósitos caseiros disperso e relativamente inseguro.

Na época da avaliação, os três programas tiveram uma renda total de 20.643 *gourdes* ou aproximadamente US\$3.000. Cabem à AAKS 80% deste total, à OGAD 13% e à APAB o restante. As percentagens anuais rateadas para os fundos rotativos iniciais e ações dos membros foram 35,2 para a AAKS, 42,9 para a OGAD e 9,2 para a APAB. A AAKS distribuiu 66% dos seus lucros aos membros, a OGAD 60% e a APAB 5%. As

rendas restantes foram canalizadas a fundos rotativos e de reserva, às diversas tesourarias dos comitês e para custear as despesas gerais e administrativas.

A debilidade relativa do programa da APAB, em fase mais inicial de implementação do que os outros dois, foi devida principalmente à decisão dos administradores de concentrar-se não somente na maximização econômica a curto prazo, mas nos benefícios a longo prazo decorrentes de permitir que todos os 16 grupos tomassem as próprias decisões administrativas e aprendessem aptidões gerenciais por meio de ensaio e erro da experiência direta. Foram planejados seminários periódicos no intuito de reunir representantes dos grupos com promotores e líderes do projeto, a fim de identificar problemas em comum e possíveis soluções. (Infelizmente, como veremos mais adiante, este processo teve curta duração.)

A chave para esses três projetos se manterem e se ampliarem a longo prazo são o tamanho e a solvência dos respectivos fundos rotativos. Embora a OGAD tenha podido expandir o seu fundo em 15,6%, o capital inicial era apenas US\$250 por silo. A decisão de começar o programa muito aquém do nível da procura local baseou-se em diversos fatores. Em vista da pilhagem anterior dos assaltantes noturnos, a organização queria evitar uma demonstração de riqueza que precipitasse outro ataque. Os líderes do projeto também pensaram que a pequena escala permitiria que os administradores dos silos adquirissem a experiência necessária, lançando as bases para que dirigissem operações cujos recursos aumentariam, conforme se esperava, quatro vezes em tamanho. Os membros tinham escolhido os administradores dos silos, altamente respeitados e merecedores de confiança, mas vários também eram analfabetos e isto ressaltava a necessidade de começar lentamente, de forma que o treinamento e a assistência técnica pudessem estar sintonizados com o processo de crescimento. Entretanto, o resultado a curto prazo desta estratégia foi que os silos da OGAD só foram enchedos pela metade durante o primeiro ciclo de armazenagem.

A *Asosyasyon Animatè Kot Sid* aumentou o seu fundo em 6,6%, apesar da perda de US\$1,010 do seu fundo rotativo de US\$6.000, quando os ladrões invadiram o escritório da organização e arrombaram o cofre. Pedidos persistentes às autoridades locais autorizadas a investigar a perda resultaram na recuperação de apenas US\$100.

Como o seu programa de crédito se baseava no

simples pagamento de empréstimos, a APAB não retornou nenhuma renda adicional ao seu fundo rotativo. Isto causou a preocupação de que o seu programa, embora tecnicamente inovador e solidamente descentralizado em termos de gestão e participação, está em perigo de descapitalização do seu fundo de empréstimo em virtude da inflação ou pagamento atrasado até mesmo dos poucos mutuários. Além disso, a APAB, ao contrário da OGAD e da AAKS, não cobra dos membros uma taxa de gestão ou manejo que possa ser utilizada para neutralizar a descapitalização.

## PIRATARIA OU DESENVOLVIMENTO?

Um provérbio muito conhecido diz que o barco de todos, seja rico ou pobre, grande ou pequeno, é levantado por uma onda crescente de desenvolvimento. As associações de agricultores camponeses do Haiti enfrentam os mesmos tipos de desafio que as cooperativas rurais de todo o hemisfério de aprender a prosperar numa economia de mercado. Entretanto, o desenvolvimento de tal capacidade no Haiti é particularmente difícil, uma vez que a economia rural tem sido tão sistematicamente estrangulada pela pilhagem dos *gwo neg* e dos seus aliados. Durante gerações, as elites governantes preocuparam-se mais em gerir uma economia com escassez de que reinvestir os recursos locais para incentivar a produtividade e o crescimento.

Os haitianos equacionam esta extração sistemática com um sorvete local, chamado *pese-souse*, que significa "apertar e chupar". O invólucro de plástico que contém o "sorvete" é aberto em cima e apertado em baixo até ficar completamente seco.

Uma das dificuldades da *estokaj*, conforme demonstra a história do primeiro silo da OGAD, é o fato de oferecer um alvo convidativo aos pilhadores organizados numa sociedade em que os órgãos de segurança pública estão acima da lei. Embora a decisão da OGAD de descentralizar as instalações de armazenagem tenha por objetivo reduzir o risco de pilhagem e a perda da infraestrutura, a experiência recente sugere que o único elemento protetor dos silos é o puro acaso.

Imediatamente após o golpe de estado de 30 de setembro de 1991, que depôs o governo democraticamente eleito do Presidente Jean-Bertrand Aristide, os *gwo san maman* voltaram a atacar os silos da OGAD. Feliz-

mente, os depósitos de cereais da associação estavam vazios, porque o golpe ocorreu pouco antes de começar a colheita. Além disso, os administradores dos silos puderam tirar o equipamento útil dos edifícios e escondê-lo antes de chegarem os atacantes. Abriam então as câmaras dos silos para "inspeção" e eles mesmos se esconderam. O bando armado não tocou nas câmaras vazias, mas estas até hoje permanecem ociosas e a própria OGAD não tem tido condições de funcionar.

A estratégia da APAB de utilizar instalações rústicas de armazenagem, amplamente dispersas nas casas dos membros, agora parece estranhamente providente. Até agora não houve perda significativa na infra-estrutura e a versão de Bombardopolis dos "sem-mãe" ainda não invadiu as casas particulares em busca de cereais. Entretanto, o reinado generalizado de terror tornou impossível a ação de grupos de agricultores democraticamente organizados e a APAB também está escondida. Portanto, em retrospectiva, parecem estar esclarecidas algumas das conclusões mais intrigantes da avaliação.

Em épocas melhores, a sua *estokaj* radicalmente descentralizada parecia ineficiente, trazendo desafios especiais para a administração e gestão que ajudaram a explicar por que as perdas de cultivos eram mais altas do que nos outros dois programas. O aumento do número de locais multiplica o custo e complica a tarefa de treinamento e assistência técnica. E, a longo prazo, a complexidade da coordenação do transporte e da comercialização para tantos locais pode ter funcionado como um teto invisível do crescimento futuro. De fato, um sistema como a APAB parece adaptar-se melhor para atender à necessidade generalizada de segurança de alimentos do que para aumentar o retorno de cultivos comerciais.

Até mesmo a decisão dos membros da APAB de não reinvestir os lucros iniciais no fundo de crédito rotativo parece agora menos um sintoma da inexperiência na gestão de uma empresa sustentável do que cautela com relação ao poder prolongado do sistema *pese-souse*. A luta diária pela vida nos setores marginalizados torna suficientemente difícil economizar para o dia de amanhã. Mas quando a pilhagem sistemática é fato diário da vida, faz sentido a conclusão dos pequenos agricultores de que o único investimento seguro é o consumo.

Os pequenos agricultores da OGAD, APAB e AAKS, bem como as respectivas famílias e grupos em centenas de aldeias em todo o interior acidentado do Haiti provaram o fruto doce de se organizarem para exercer maior controle sobre a própria vida. Hoje, este sabor não passa de uma lembrança.

No entanto, há uma nesga de esperança. Antes do golpe, estavam sendo implementados planos para os projetos de *estokaj* se reunirem num foro onde pudessem avaliar o seu progresso, compartilhar as lições e aprimorar as metodologias. Esses planos ainda existem na mente e no coração dos organizadores da conferência. E deve-se supor que a idéia da *estokaj*, surgida da necessidade dos pequenos agricultores haitianos e solidamente enraizada na sua realidade, também existe, como uma semente adormecida, entre eles. Trata-se de pessoas, afinal de contas, que sobrevivem nas condições mais desoladoras que o hemisfério pode oferecer. E entre eles há aqueles que, como os membros da OGAD que se recusaram a demolir as ruínas da sua primeira *estokaj*, estão determinados a não esquecer. Hoje, os silos da segunda *estokaj* da OGAD podem estar vazios, mas *estão* de pé, à espera de serem enchidos amanhã.

---

ROBERT MAGUIRE é o representante da Fundação Interamericana para o Haiti, Jamaica e Guiana. NORIAC DATHIS, agrônomo, é membro do sistema de Serviços de Apoio Local da Fundação, que monitora doações ativas e proporciona assistência técnica e outros serviços. JOSEPH-BERTRAND DÉROUILLÈRES é agrônomo do Departamento de Ecologia de Plantas da Universidade Estadual do Haiti.

## A voz da Amazônia equatoriana

Miguel Puwainchir

**M**oramos na floresta tropical amazônica, os pulmões do mundo. A nossa cultura é muito antiga e, embora tenha sobrevivido à Conquista, vê-se ameaçada pelos avanços da moderna sociedade ocidental. O nosso povo luta por restaurar, revalidar o nosso sentido de auto-estima.

Para nós, a vida da nossa cultura é o idioma, que não pode ser compreendido fora da terra. Quando a floresta for arrasada, a terra destruída, deixaremos de ser Shuar e Achuar. Há três décadas nos estamos organizando para declarar a nossa presença na floresta e queremos reforçar os nossos vínculos com as pessoas de fora para preservar esta área. A nossa sobrevivência está ligada à sobrevivência do planeta.

Para compreender a seriedade do nosso compromisso, é preciso saber que, para nós, há três espaços na Terra: subterrâneo, onde reside uma comunidade Shuar; aqui, na floresta, onde nós moramos; e acima, onde reside ainda outra comunidade Shuar. Este é o ensinamento dos nossos ancestrais. Defendemos todos os três espaços porque neles reside a nossa família — passada, presente e futura.

Portanto, para nós, a terra não é mercadoria para ser comprada e vendida por um preço. É o que nos sustenta. No momento em que perdermos a nossa terra, já não seremos mais Shuar e Achuar. Quando cultivamos a terra, respeitamos a sua riqueza, damos-lhe valor. Nós a protegemos, porque não temos outro lugar para onde ir. As pessoas de fora freqüentemente não compreendem isso. Vêem a terra como algo que uma pessoa pode possuir e vender por dinheiro. Para nós, a terra é parte da nossa família e, pelo fato de sermos todos uma única família aqui, mantemos a terra em comum. É por isso que organizamos uma federação.

Somos todos irmãos e irmãs. Desde a época dos

nossos antepassados, dos nossos pais guerreiros, a mulher Shuar tem sido uma fonte de força. Ela implora aos deuses para proteger o guerreiro, incentiva-o a ir às cataratas em busca do espírito *arutam*, que dará a ele força e coragem. Portanto, a mulher Shuar sempre tem sido fundamental para a nossa sobrevivência como povo. Hoje, a nossa federação ajuda as mulheres a participar da vida comunitária, acumular poupanças e conseguir crédito para cultivar as suas terras e criar animais. Lutamos por uma mudança real na nossa comunidade e pela igualdade entre homens e mulheres.

Como o nosso tempo é nosso, não dependemos de ninguém. Somos uma comunidade e nos preparamos para o futuro por meio dos nossos filhos, a quem educamos na nossa própria terra, tanto no nosso idioma como em espanhol. Nós os preparamos para que, quando saíam em busca de treinamento especializado, queiram voltar para casa. É um luxo e um privilégio estar em Nova Iorque, Frankfurt ou Paris; e outros povos, que também vivem em lugares remotos, perderam filhos e filhas quando estes se tornaram profissionais. Porém, voltar para casa a fim de defender os direitos do seu povo, a sua própria existência, é um luxo sem comparação. O sentido de propósito que confere não pode ser comprado ou obtido em nenhum outro lugar. Por isso voltamos para casa.

A *Federación de Centros Shuar-Achuar* tem promovido a unidade regional e somos co-fundadores da confederação nacional de organizações indígenas. Temos que unir-nos para defender os nossos direitos à terra e obter os recursos de que o nosso povo necessita para sobreviver. Esperamos resolver o litígio de reivindicação das nossas terras em três anos, mas também precisamos ampliar os nossos outros programas de desenvolvimento.

Há muita confusão a esse respeito, porque o governo

---

oferece pouco apoio e os amigos potenciais do exterior nem sempre vêem o povo que vive na floresta tropical a quem procuram salvar. Em grande maioria, não somos formados em universidade, mas o nosso povo vive nestas florestas há milhares de anos. Estamos também conscientes da sua beleza e riqueza. Sabemos como sobreviver aqui e aqueles que procuram proteger os animais e as árvores da floresta ou desenvolver o seu petróleo e riqueza mineral devem também estar cientes que nenhum destes objetivos pode ser sustentado se não se investir no povo que aqui vive.

Não queremos esmolas de arroz, roupas usadas ou

telhados de metal corrugado. Precisamos de treinamento para o nosso povo e do apoio para reforçar os programas da Federação em aviação, educação, topografia, registro civil, saúde e outras áreas, de forma que possamos ser produtivos e salvar a terra para futuras gerações. Perguntamos ao governo: o que os senhores farão a respeito da poluição dos nossos rios e destruição das nossas florestas? O programa de reflorestamento é ambíguo, político, pequeno demais e talvez demasiadamente tardio. Estamos aqui agora e defenderemos a nossa posição, a santidade desta terra, com a coragem dos nossos ancestrais.

---

MIGUEL PUWAINCHIR *é presidente da Federación de Centros Shuar-Achuar, organização regional de 330 comunidades situadas na floresta tropical amazônica do leste do Equador. Este foro foi adaptado de um artigo publicado no guia da Smithsonian Institution para o Festival de Folclore Americano de 1991.*

*As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente as da Fundação Interamericana. Os editores de Desenvolvimento de Base convidam os leitores a enviarem colaborações.*

# A MARCHA DO DESENVOLVIMENTO

## “ENCONTRO” HEMISFÉRICO SOBRE PLURALISMO CULTURAL

Numa demonstração impressionante do compromisso com a preservação da sua herança cultural singular, 1.500 delegados de 400 comunidades americanas nativas e afro-americanas, vindas dos quatro cantos do hemisfério, reuniram-se em abril de 1992 na Cidade do México para celebrar a força da sua diversidade. O evento, denominado o primeiro “encontro” hemisférico sobre pluralismo cultural, nasceu dos *Festivales Anuales de Música y Danzas Indígenas* e foi organizado pelo *Instituto Nacional Indigenista de México* (INI), em colaboração com o Departamento do Distrito Federal e Sociocultura.

Entre os presentes estavam participantes indígenas do Festival de Folclore Americano de 1991 da *Smithsonian Institution*, que os membros do INI conheceram em Washington, D. C. O encontro sobre pluralismo cultural na Cidade do México permitiu-lhes renovar contatos e aprofundar o diálogo sobre problemas que enfrentam os povos indígenas.

A fim de romper barreiras e facilitar o diálogo entre pessoas que se reuniam pela primeira vez, os antropólogos do INI, coordenadores do encontro de três dias, convidaram os participantes a dar um espetáculo de danças tradicionais e criar uma atmosfera de intercâmbio cultural e decisão comum. Nesse processo, um foro para intercâmbio de idéias e estratégias tornou-se um festival de música e dança e de cerimônias tradicionais.

A cerimônia de abertura do encontro realizou-se nos arredores da cidade, com a ignição comemorativa de um fogo novo no *Cerro de la Estrella*, local simbólico representando as culturas indígenas que floresceram no México antes da Conquista. Seguiu-se um espetáculo de gala de música e dança no *Palacio de Minería* e espetáculos para o público em geral em sete locais na capital.

Entre os espetáculos, os participantes reuniram-se para discussões formais, nas quais trocaram experiências e idéias para defender a própria terra e desenvolver a comunidade. Um congresso de líderes de grupo reuniu-se no segundo dia para emitir um manifesto, reafirmando a importância das suas identidades e tradições culturais

distintas e a sua determinação em comum de proteger o futuro dos seus povos. Exigiram também respeito pela autonomia dos grupos étnicos por parte da sociedade em geral e rejeitaram o impulso reducionista da celebração do Quinto Centenário da chegada de Colombo às Américas. O evento de três dias concluiu com uma passeata em apoio à pluralidade cultural no centro da cidade, terminada no *Zócalo*, praça central da Cidade do México.

Quando lhe pediram que comentasse sobre o que realizaram, José del Val, etnólogo e diretor do Departamento de Pesquisa Cultural e Promoção do INI, apontou tanto para o passado como para o futuro. “Para estes participantes”, disse ele, “o fato de ser convidado a outro país para assistir a uma conferência confirma a importância do seu trabalho anterior. É para eles tão importante como o seria para um erudito ser convidado a participar de um congresso acadêmico. Estabeleceram contatos, intercambiaram experiências, tornaram-se mais esclarecidos e determinados. Alimentados pelo contato com outras culturas e modos de pensar, levam consigo para casa o que aprenderam para enriquecer a própria comunidade.”

— Olivia Cadaval

## DAR UMA VOZ À COMUNIDADE

“A liberdade de imprensa limita-se àqueles que têm os meios de ter uma”, observou Jay Ruby, antropólogo visual da *Temple University*, no seu discurso de abertura numa recente conferência sobre a mídia e o desenvolvimento, realizada na Escola de Estudos Internacionais Avançados (SAIS) da *Johns Hopkins University*. Ruby não propugnava a censura, mas maior acesso aos recursos, de forma que as comunidades pudessem descobrir e relatar as próprias histórias. Os países industrializados podem ter sido pioneiros em formas tecnologicamente avançadas da mídia, mas isto não significa que expressem automaticamente o que o mundo em desenvolvimento quer ou precisa ouvir. Desse seminário de um dia surgiram exemplos do modo como as pessoas se desenvolvem, não imitando outras culturas, mas tomando

emprestadas invenções e fazendo-as suas.

A conferência, intitulada "A mídia como foro de reforço da comunidade", examinou sete casos de todo o mundo que mostravam o que se pode conseguir quando a comunidade é capaz de expressar-se e fazer-se ouvir. Os casos documentavam projetos de imprensa, rádio e vídeo da América Latina, África, Ásia, Leste Europeu e América do Norte. Todos foram, inspirados e produzidos localmente.

Teresa Smith de Cherif, do Centro do Serviço de Informações sobre a África da Academia de Desenvolvimento Educacional, descreveu como o povo Sahrawi inventou o próprio "jornal de parede", enquanto estava exilado no sudoeste da Argélia. Embora o grupo tivesse sido banido da sua terra natal e carecesse de financiamento, tecnologia e papel de publicação, vários estudantes Sahrawi tiveram a idéia brilhante de transformar as paredes das habitações em jornal. Utilizaram quaisquer fragmentos à mão — papelão, lata ou tecido — para escrever artigos sobre acontecimentos correntes, cuidados da saúde, ciência, política e outros assuntos e fixá-los nas paredes em toda a aldeia. As taxas de alfabetização aumentaram dramaticamente, à medida que as pessoas ansiavam por participar do diálogo. Este diálogo melhorou a saúde pública, divulgando informação sobre higiene adequada e tratamento da água, além de elevar o moral da comunidade à medida que as pessoas se convenciam de que podiam solucionar alguns dos próprios problemas, apesar de viver no exílio.

O rádio como instrumento do desenvolvimento foi discutido por Enrique Aguilar, de La Paz, Bolívia. Aguilar explicou como a estação *Radio San Gabriel* tinha evoluído nos últimos 36 anos de uma programação em espanhol a transmissões principalmente em aimará, atingindo ouvintes no Peru, Chile e Bolívia. Foram os próprios Aimarás que ajudaram a transformar a estação. Enviavam cartas com estórias que gostariam de ouvir, apareciam pessoalmente para expressar opiniões ou traziam as próprias fitas. Hoje, a programação incorpora rotineiramente a contribuição de mais de 14.000 ouvintes Aimarás sobre questões importantes para as suas comunidades. Ao ajudar a animar o renascimento de valores e culturas indígenas, a estação tornou-se a voz

autêntica dos seus ouvintes.

O último caso examinou a comunicação por vídeo. Frequentemente, as entidades de desenvolvimento produzem vídeos a fim de mostrar os próprios esforços para ajudar as pessoas de baixa renda em vez de usar este meio como instrumento para inspirar as comunidades a mobilizarem os próprios recursos. Estudos da Índia e Indonésia colocam filmadoras nas mãos das pessoas do local para ver como isso afetaria as perspectivas de desenvolvimento. A produção de vídeos ajuda as pessoas a ver a sua situação mais claramente e descobrir soluções para os problemas. Por exemplo, varredores de rua ocupando terras perto de montes de lixo em terraplenagens sanitárias da Indonésia usaram o teatro de rua e o vídeo para examinar a própria situação. Mediante a organização da sua experiência para articulá-la com exatidão, os membros da comunidade desenvolveram a autoconfiança para organizar cooperativas de produção e pôr termo ao despejo por parte das autoridades locais.

Habid Mowlana, professor da Escola de Serviço Internacional da *American University* em Washington, D. C., encerrou a conferência apresentando 11 perguntas para reflexão ulterior. Ressaltou a importância de falar o idioma da comunidade e respeitar os seus costumes na implementação de projetos de desenvolvimento de qualquer espécie. A melhor forma de fazer isso é óbvia, afirmou ele. "A mídia pode ser a organizadora, mobilizadora ou fonte de informação", explicou, "mas nada disso acontecerá se a comunidade não se pronunciar."

Para obter transcrição escrita desta conferência, mediante pagamento de uma taxa, dirigir-se a Social Change and Development Program, SAIS, Johns Hopkins University, 1740 Massachusetts Avenue, N. W., Washington, D. C. 20036-1983, EUA, tel.: 202-663-5691.

— Maria E. Barry

## VISÕES DE UMA AMÉRICA MULTICULTURAL

No início de junho de 1992, eruditos e líderes de comunidades de todo o hemisfério foram à *University of*

---

*California*, em Davis, para comparar experiências em multiculturalismo nas Américas. Intitulada “Além do Legado de 1492”, a conferência examinou como as histórias oficiais, discursos e políticas estigmatizaram povos marginalizados e estudou alternativas que promovam a igualdade cultural e a capacitação. A conscientização da recente violência racial na zona sul de Los Angeles deu a estes temas uma nota de urgência especial. June Jordan, ensaísta e poetisa afro-americana, fez esta conexão explícita no seu discurso de abertura.

As discussões dos dois dias seguintes concentraram-se em três linhas distintas de estudo e diálogo. Primeiro, baseando-se no trabalho inovador do Departamento de Estudos Americanos Nativos da referida universidade, a conferência incentivou a análise do modo como as questões comuns afetavam os povos indígenas de todo o hemisfério, usando o processo comparativo para construir pontes entre o Norte e o Sul. As apresentações variaram da desconstrução dos “mitos de Colombo” à análise das raízes jurídicas e ideológicas da discriminação contra os americanos nativos nos Estados Unidos, ao relato de Tomás Huanca sobre como, no início do século, as estórias orais catalisaram levantamentos no altiplano boliviano.

Segundo, a conferência promoveu intercâmbio entre americanos nativos e outros grupos afetados pelo legado de 1492, especialmente *chicanos*, afro-americanos e asiático-americanos. Essas discussões concentraram-se principalmente em apresentações de Alvina Quintana, Brackette Williams e Dana Takagi sobre a experiência dos Estados Unidos. Embora criticando as premissas de assimilação forçada, examinaram também, com franqueza, as tensões entre grupos que freqüentemente surgem em movimentos baseados na solidariedade de uma minoria cultural. Entre os problemas citados figuravam a desigualdade persistente entre sexos e como certas noções de identidade suprimem a diversidade nativa em nome da unidade política.

Finalmente, a conferência promoveu o diálogo entre líderes comunitários e eruditos, a fim de incentivar pesquisa rigorosamente intelectual que aborde as necessida-

des reais dos grupos marginalizados. Entre as pessoas que equilibraram, com êxito, estas duas metas figura José Avilés, indígena quéchua e vice-presidente da CONAIE, confederação nacional de indígenas do Equador. A sua análise sofisticada e espirituosa do movimento indígena equatoriano levou outros representantes americanos nativos, como Hazel Law, da Nicarágua, e Raymundo Cas Tzub, da Guatemala — ambos líderes políticos e analistas — a oferecer relatos eloquentes e profundos sobre a política indígena no respectivo país.

Para alguns participantes do Sul, as apresentações dos representantes do Norte pareciam indevidamente teóricas. A seu ver, a conferência foi provavelmente de maior valor pelo diálogo Sul-Sul que promoveu. Silvia Rivera Cusicanqui muito contribuiu para construir uma ponte entre líderes comunitários e eruditos, oferecendo conclusões do seu estudo sobre mestiçagem na Bolívia. Este estudo é pioneiro na tentativa de “descolonização” da identidade mestiça em formas que podem melhorar a cooperação entre indígenas e mestiços. Também ajudou a cobrir este hiato o co-patrocínio da conferência pelo *South and Meso-American Indigenous Information Center*, de Oakland, Califórnia. Guillermo Delgado, da Bolívia, membro do conselho de diretores desta entidade, encerrou a conferência destacando no seu discurso a resposta do movimento Indígena Pan-Americano às celebrações oficiais do Quinto Centenário, dando ênfase a ações concretas que estão sendo organizadas.

Além de proporcionar um foro para discutir visões alternativas da história pré-colombiana, a conferência promoveu a formação do Programa de Estudos Hemisféricos da *University of California*, de Davis, para continuar o processo.

Para obter exemplares dos materiais da conferência ou informação adicional, contatar Jack Forbes ou Stefano Varese do Departamento de Estudos Americanos Nativos, e Charles Hale ou Carol Smith, do Departamento de Antropologia, University of California Davis, Davis, California 95616, EUA (correio eletrônico: CRHale@UCDavis.EDU).

— Charles R. Hale

# LIVROS

---

**WORLD DEVELOPMENT REPORT 1992: DEVELOPMENT AND THE ENVIRONMENT. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. New York: Oxford University Press, 1992.**

**Diane B. Bendahmane**

Nos últimos 15 anos, o Banco Mundial vem publicando um relatório anual sobre o progresso do desenvolvimento do mundo — focalizando os países em desenvolvimento mas não se limitando a eles. Metade do volume é dedicada a tabelas que medem o progresso segundo diversos indicadores: produção, consumo, receita e despesa públicas, importações e exportações, finanças externas e urbanização — para citar apenas alguns.

Graças a eles ficamos sabendo, por exemplo, que na Bolívia 33% da renda familiar é gasta em alimentos (em comparação com 11% no Canadá e 64% na Tanzânia); que o Governo central do Peru gastou 0,1% da sua receita de 1990 em habitação, previdência social e bem-estar, inclusive água e saneamento (em comparação com 55,9% para a Suécia e 33,9% para o Chile); ou que 31% de toda a área terrestre da Venezuela é protegida contra o desenvolvimento.

Na outra metade de cada volume, os peritos do Banco Mundial discutem as tendências do desenvolvimento, as questões e os programas com a confiança transmitida por uma autoridade de financiamento de US\$20 bilhões por ano. Sem dúvida, o Banco é uma organização de primeira classe. Atrai pessoal altamente qualificado e trata-os com o que tem de melhor. O próprio brilho e esplendor do relatório deste ano proclamam o *status* do Banco. Como crê a maioria das pessoas, tem a última palavra como se deve implementar o desenvolvimento. De fato, o Banco pode ditar ao mundo em desenvolvimento as “condições” segundo as quais fará um empréstimo.

Sabendo quanto poder tem o Banco, muitas organizações pequenas de desenvolvimento procuram fazer *lobby* junto a ele, para influenciar o seu pensamento. E ficam satisfeitos quando o Banco parece ir ao seu encontro. Por exemplo, quando o Banco Mundial publicou a sua “Lista de projetos financiados pelo Banco Mundial com potencial de participação das ONG”, um catálogo de operações

que acolhe a participação das organizações não-governamentais (ONG), muitos observadores da comunidade de desenvolvimento viram nisso um sinal de que o Banco tinha finalmente reconhecido a importância das organizações pequenas e locais e tinha descido alguns degraus das suas alturas de macrodesenvolvimento.

O último Relatório do Banco amplia e consolida este modo de pensar. No prefácio do volume, Lewis T. Preston, Presidente do Banco Mundial, declara que as edições de 1990-92 constituem uma “trilogia sobre as metas e meios do desenvolvimento.” O Relatório de 1990 focalizou a pobreza, argumentando que poderia ser acentuadamente reduzida se os países em desenvolvimento adotassem padrões de crescimento econômico que utilizassem ao máximo “o ativo mais abundante das pessoas de baixa renda: a mão-de-obra” e se proporcionassem educação, cuidados da saúde e serviços de planejamento familiar, de forma que as populações pobres pudessem tirar proveito das oportunidades econômicas. O Relatório de 1991 tirou lições dos 40 anos de experiência em desenvolvimento do Banco, ressaltando que “o sucesso da promoção do crescimento econômico e da redução da pobreza tem maior probabilidade quando os governos complementam os mercados” e que “resultam fracassos dramáticos quando entram em conflito.” O Relatório de 1992 examina o vínculo entre desenvolvimento econômico e meio ambiente.

A fim de evitar “condições ambientais consternantes” nos próximos 40 anos, quando “a população mundial aumentar 3,7 bilhões, a procura de alimentos for quase duas vezes maior e a produção industrial e o uso da energia provavelmente triplicarem em todo o mundo e aumentarem seis vezes nos países em desenvolvimento”, o Relatório propõe mudanças fundamentais de orientação. Acima de tudo, o Banco mantém constantemente aos olhos do leitor a proposta de que “ambiente versus desenvolvimento” é uma falsa dicotomia. Podemos escolher ambos, mas, para fazê-lo, devemos tomar melhores decisões e para isso devemos aumentar o nosso conhecimento, tornar as nossas instituições mais sensíveis e envolver as pessoas locais.

A mensagem realista que me pareceu tão atraente neste Relatório — especialmente quando lido no contexto

da Eco 92 do Rio — é que o atual debate sobre o meio ambiente dispensou “atenção demasiadamente pouca” para o modo como a poluição do ar e da água e a severa degradação do solo “afetam diretamente o bem-estar de um grande número de pessoas.” São problemas imediatos que causam doenças e mortes em escala enorme, sendo a maior dois milhões de mortes por ano de doenças diarréicas causadas por água contaminada.

O Relatório é também realista ao apoiar “um processo decisório de maior participação” para solucionar esses problemas. Ressalta a importância do envolvimento comunitário na extensão dos serviços de abastecimento de água potável e saneamento a um terço do mundo que ainda carece deles, afirmando que “as entidades externas e os governos estão ambos conscientes de que na zona rural a participação dos usuários é essencial para se manter o abastecimento de água.”

Além disso, o Relatório dedica toda uma seção à gestão de recursos por parte das comunidades. “Os governos precisam reconhecer”, afirma, “que as menores unidades organizacionais, como aldeias ou associações pastorais, estão melhor equipadas para gerir os próprios recursos do que as grandes autoridades.” E acrescenta: “A participação popular ao nível da aldeia ... poderá ser utilmente promovida pelas ONG e pelas organizações de base.”

O capítulo “Tomando as melhores decisões” declara que muitos problemas ambientais não podem ser resolvi-

dos sem “a participação ativa da população local.” Cita vários casos em que os valores, conhecimentos e experiências locais foram ignorados com resultados drásticos. Um exemplo é a gestão florestal dos Quéchuas na América do Sul. Os métodos quéchuas tradicionais são “tecnologia simples”, mas permitem à floresta regenerar-se, de forma que “na floresta tropical madura é difícil distinguir as áreas onde houve plantação.” Incentivar a participação local não somente informa os planejadores a respeito de determinados locais e práticas, mas também consegue o apoio para os projetos e ajuda a resolver os conflitos sobre recursos.

O sólido apoio do Banco para a participação pública, iniciativa comunitária e ONG é uma tendência que merece atenção e o Relatório, como um todo, merece leitura cuidadosa. Lester Brown, do *Worldwatch Institute*, crê que estamos a um passo de uma revolução ambiental, de um levantamento que terá alcance tão grande como a revolução industrial. Esta nova era, afirma ele, “será impulsionada principalmente pela reestruturação da economia global, de forma que não destrua o seu sistema de apoio natural.” Esperemos que o Banco se mantenha em sintonia com esta questão em futuros Relatórios do Banco Mundial.

DIANE B. BENDAHMANE é editora/escritora do Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento para a Saúde.

#### NOVO LIVRO DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA E DA KUMARIAN PRESS

Os leitores de Desenvolvimento de Base e os interessados no papel que as organizações não-governamentais (ONG) desempenham no desenvolvimento encontrarão um recurso valioso em *Intermediary ONGs: The Supporting Link in Grassroots Development*, de Thomas F. Carroll. Este livro examina o papel catalítico que as ONG intermediárias desempenham no reforço da capacidade dos grupos de base e demonstra que a ajuda externa favorável pode fortalecer a iniciativa organizacional auto-sustentável e local. O estudo contribui para compreendermos o processo de desenvolvimento separando e comparando os dois tipos principais de intermediários, identificados por Carroll como organizações de apoio de base e organizações de apoio a filiados.

*Intermediary ONGs* baseia-se num exame profundo de 30 organizações de apoio altamente consideradas em vários países latino-americanos e caribenhos. Pouco se sabia antes sobre o grupo diversificado das ONG que trabalham diretamente com grupos de base e este estudo, patrocinado pela Fundação Interamericana, ajuda a cobrir o hiato proporcionando um conjunto de critérios para avaliar o desempenho das ONG.

Dirigir pedidos de exemplares de *Intermediary ONGs: The Supporting Link in Grassroots Development*, a preço de custo, à Kumarian Press, 630 Oakwood Avenue, Suite 119, West Hartford, Connecticut 06110-1529 (telefone: 203-953-0214), EUA.

# RECURSOS

---

*Em meio às celebrações internacionais do 500º aniversário da chegada de Colombo a este hemisfério, uma nova voz se faz ouvir: a voz daqueles cujos antepassados estavam em terra firme. Compele-nos a fazer um sério exame dos povos indígenas de hoje, os quais, apesar de seu número crescente, são freqüentemente invisíveis. As publicações seguintes respondem a este apelo, reexaminando o nosso conhecimento da história desde Colombo e lançando luz sobre as condições de vida dos povos indígenas.*

*As comemorações de 1992 proporcionam um ponto de referência para avaliar o processo de reflexão, organização e ação em andamento entre americanos nativos. Dois guias, abaixo descritos, apresentam uma lista de centenas de organizações indígenas fundadas para conservar as suas culturas, preservar as suas terras e melhorar o seu padrão de vida. Os esforços de base estão lançando os alicerces de um futuro mais promissor ao dar aos indígenas americanos maior controle sobre o próprio destino—500 anos depois que o encontro dos dois hemisférios assinalou a perda iminente da autonomia.*

---

A Akwe:kon Press, *ex-Northeast Indian Quarterly*, é uma nova editora americana nativa, com sede na *Cornell University*. Esta editora publica o **Akwe:kon Journal**, revista erudita multidisciplinar que combina pesquisa acadêmica com comentários sobre conhecimento, tradição e cultura indígenas americanos. *View from the Shore*, edição especial do Quinto Centenário publicada no outono de 1990, usa artigos, entrevistas e ensaios para estudar os efeitos da chegada de Colombo sobre os povos indígenas.

No artigo principal, José Barrierro, editor, descreve 20 anos de planos públicos e privados para as celebrações do Quinto Centenário e como os indígenas responderam na América do Norte, América Latina e Espanha. O artigo é acompanhado de depoimentos de seis líderes nativos americanos proeminentes, que fazem uma avaliação do futuro dos seus povos.

A revista de 100 páginas também contém artigos

informativos sobre literatura na época do encontro, direitos humanos e povos indígenas, bem como um ensaio fotográfico dos Caraíbas da Dominica.

Outra publicação da Akwe:kon Press, *The 1992 Directory: American Indian and Related Resources for the Columbus Quincentennial*, compila, de forma compreensiva, endereços, números de telefone e descrições de aproximadamente 200 redes, mídia, teatros, institutos e recursos educacionais da Europa e das Américas. Este guia é fonte importante de informação sobre uma ampla variedade de empreendimentos em andamento de americanos nativos e de outros para assegurar que as vozes dos nativos sejam ouvidas durante o Quinto Centenário e depois dele.

A Akwe:kon Press também organizou a conferência “A situação da América indígena: perspectivas para os próximos 500 anos”, em coordenação com o Programa Indígena Americano da *Cornell University*. Essa conferência foi realizada de 8 a 10 de outubro de 1992, em *Cornell*. Para maiores informações sobre a conferência ou publicações disponíveis, contatar a Akwe:kon Press, American Indian Program, *Cornell University*, 300 Caldwell Hall, Ithaca, New York 14853 (telefone: 607-255-0214), EUA.

---

O Congresso Norte-Americano sobre a América Latina (NACLA), organização independente sem fins lucrativos fundada em 1966 para pesquisar a economia política das Américas, publicou uma série de quatro partes sobre o Quinto Centenário no seu **Report on the Americas**, de quatro volumes. Tal como *Redescubriendo América* descrita mais adiante, esta série procura redescobrir o encontro de 1492. A terceira parte, intitulada “As primeiras nações”, procura iluminar a herança complexa e a identidade dos povos indígenas do hemisfério. Na opinião do escritor Stefano Varese, tal reexame está atrasado, pois as crenças normalmente encontradas sobre os indígenas “... simplesmente não distinguem um Quéchua dos Andes que trabalha num computador, um Shuar da Amazônia equatoriana com doutorado em pedagogia, um Kuna do Panamá doutor em medicina, um Tukano do

---

Brasil com brevê de piloto, [nem] um Aimará ou um Zapotec autor de livros de sociologia e história.”

O primeiro número da série do Quinto Centenário, “Inventando a América” (Volume XXIV, Nº 4), afirma que a invenção da América pelos europeus obscureceu as tecnologias indígenas e as tradições comunitárias que devem agora ser redescobertas para solucionar os problemas do continente. “A Conquista da natureza” (Volume XXV, Nº 2) examina os efeitos ambientais laterais do assentamento europeu. “As Américas negras” (Volume XXV, Nº 4) estuda as experiências de afro-americanos latinos, inclusive relatos de movimentos de base de negros do Brasil, comunidades de cor parda do Caribe e como a nova Constituição colombiana afetará os 10 a 30% dos seus cidadãos negros.

Para maiores informações, contatar o North American Congress on Latin America, 475 Riverside Drive, Suite 454, New York, N. Y. 10115 (telefone: 212-870-3146), EUA.

---

A *Cultural Survival Quarterly* é publicada pela *Cultural Survival*, organização sem fins lucrativos fundada em 1972 para ajudar os povos indígenas e as minorias étnicas de todo o mundo a defender os próprios interesses. É um recurso valioso para a obtenção de informações atualizadas e históricas sobre os povos nativos, e suas culturas. Edições temáticas recentes abordaram os direitos de propriedade intelectual, os povos indígenas da região ocidental da Oceania, terra e recursos.

A edição de inverno de 1992 recebeu o título de *After the Breakup: Roots of Soviet Dis-Union* (Após o Colapso: Raízes da Des-União Soviética). Em 16 artigos curtos, a revista descreveu as condições que enfrentam centenas de povos étnicos da ex-União Soviética - recolonização forçada, os direitos limitados sob o domínio soviético e sua luta para manter a própria identidade. Um artigo de Vladimir Sorin descreve a sorte do antigo povo Tofa, cuja cultura milenar de caçadores-coletores, dependente da rena para transporte e leite, talvez não sobreviva o contato com a cultura soviética, que coletivizou os rebanhos de rena e introduziu a vodca.

Outro artigo, de Asen Balikci e Mark Badger, descreve um seminário de vídeo-etnografia realizado numa aldeia da Sibéria entre um pequeno grupo de militantes culturais nativos. Os autores descrevem as experiências dos 10 participantes ao aprenderem a usar os métodos etnográficos de campo e o cinema de observação para ajudar a preservar a sua herança.

Para obter a *Cultural Survival Quarterly*, dirigir-se a Cultural Survival, Inc., 215 First Street, Cambridge, Massachusetts 02142 (telefone: 617-621-3818), EUA.

---

A *National Geographic Society*, em colaboração com a *Cultural Survival*, publicou **The Coexistence of Indigenous Peoples and the Natural Environment**, cartaz de duas faces que documenta vividamente os destinos interligados das florestas tropicais da América Central e dos americanos nativos que as habitam há quase um milênio.

Numa das faces do cartaz, Mac Chapin, diretor do programa da *Cultural Survival*, descreve brevemente a geografia da região e os perfis da sua população indígena — abrangendo todos os dez países. Ressalta que, “até recentemente, esses grupos estavam vivendo isoladamente, em grande parte protegidos do mundo externo pela densa floresta, forte pluviosidade e ambiente, de modo geral, inóspito.” Agora tudo isto mudou. O texto bilíngüe, em espanhol e inglês, envolve 10 fotografias em cores de beleza estonteante, com a qualidade que se espera da *National Geographic*. Oito fotos ilustram como os ritmos da vida indígenas vinculam-se normalmente ao ambiente natural. Duas fotos — um serrador cortando árvores e um incêndio numa encosta, à noite, provocado por colonos camponeses limpando a terra para plantação — mostram por que este modo de vida corre perigo.

A outra face do cartaz apresenta cinco mapas em cores que documentam dramaticamente o ritmo em aceleração do desmatamento nos últimos 40 anos, quando cerca de dois terços da capa florestal já foram perdidos. A chave das cores mostra a supressão, no correr do

tempo, de diversos habitats, tais como alagados costeiros e florestas de pinheiros, e um mapa grande assinala como as áreas incultas restantes estão quase inteiramente confinadas ao território dos povos indígenas da região.

Figuram cifras populacionais da região e de grupos indígenas, por país. A curva de população e as reservas florestais em declínio sugerem que um dia, na segunda década do próximo século, todo o istmo será um enorme pasto e dominará a desertificação interminável. Felizmente, Chapin mantém a perspectiva de que a preocupação sentida em todo o mundo a respeito da ecologia global proporcionará aos grupos indígenas da região parte do apoio de que necessitarão para proteger a floresta e o modo de vida que ela suporta.

O cartaz é suplemento de *Research & Exploration*, publicação erudita da National Geographic Society. Para obter este cartaz, dirigir-se a National Geographic Society, P. O. Box 1111, Washington, D. C., 20013-9990 (telefone: 800-638-4077), EUA; ou contatar Cultural Survival,

Inc., 215 First Street, Cambridge, Massachusetts 02142 (telefone: 617-621-3818), EUA.

**Redescubriendo América**, publicado pela *Network of Educators on Central America* (NECA), é um guia didático inovador que procura “descobrir” a realidade do encontro entre europeus e americanos nativos. Conforme expressa a NECA, “neste processo, Colombo e outros exploradores e líderes talvez deixem de ser heróis para as crianças. Mas, em troca, estas poderão ganhar um sentido muito mais rico da sua própria história.”

Poemas, estórias e ensaios de escritores latino-americanos proeminentes, como Claribel Alegria e Rubén Darío, são complementados com textos históricos, lendas indígenas e artigos sobre o papel de movimentos indígenas contemporâneos no desenvolvimento de base. Um professor do segundo grau estadunidense explica o seu

## BENEFICIÁRIOS DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA NAS NOTÍCIAS

*La Opinión de Trenque Lauquen*, de Buenos Aires, publicou a notícia de que María del Carmen Feijóo, do **Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)**, foi nomeada Subsecretária da Educação da Província de Buenos Aires. • O jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, Brasil, publicou os resultados de um estudo do **Centro de Tecnologias Populares (CETAP)**, mostrando que os métodos de agricultura orgânica superavam os pesticidas convencionais e uma combinação de pesticidas e aplicações orgânicas, melhorando 66% a produção do milho. • Em *Tico Times*, Lenore Walter, psicóloga de fama mundial, elogiou o trabalho da **Fundación Ser y Crecer (FUNCRESCER)**, organização sem fins lucrativos da Costa Rica, pelo seu trabalho de assistência às vítimas de violência doméstica e abuso sexual. As Nações Unidas estão atualmente procurando fundos para construir na Costa Rica o primeiro abrigo para mulheres sequestradas. • Mary Allegretti, fundadora e atual presidente do **Instituto de Estudios Amazónicos**, apareceu na capa de *Veja Paraná*, revista semanal do Estado do Paraná, Brasil. O artigo destacou o trabalho de Allegretti com as populações indígenas da floresta tropical amazônica. • Os cursos de treinamento e seminários do **Servicio Universitario Mundial** para mulheres que trabalham em creches comunitárias receberam destaque na publicação *Página 12* de Buenos Aires, chamando a atenção para a necessidade crescente de cuidado responsável dos filhos de pais que trabalham. • *La República*, de Montevideo, anunciou a liberação do filme *Arrinconados*, produzido por **Imágenes** para o **Centro de Participación Popular (CPP)**. Ao documentar vividamente a degradação ambiental que aflige mais de 20.000 cidadãos do subúrbio Rincón de la Bolsa, o filme mostra como a poluição é problema que transcende fronteiras, sexo e raça.

— *Compilado por Maria E. Barry*

---

método para inspirar os estudantes a ler a história de maneira crítica e um relato escrito por um estudante do segundo grau fala da dizimação dos Tainos de Hispaniola após a chegada de Colombo.

Os cinco capítulos, guia do professor e seção de recursos de *Redescubriendo América* são escritos principalmente em espanhol, mas várias partes aparecem em inglês ou em espanhol e inglês. O texto é escrito de maneira clara e ilustrado com desenhos e motivos de culturas indígenas, além de fotografias.

Um livro de acompanhamento, *Rethinking Columbus*, está publicado em inglês e focaliza, em grande parte, os povos nativos da América do Norte. É uma edição especial da *Rethinking Schools*, publicado em colaboração com a *Network of Educators on Central America*. Ambos os guias são compêndios de informação para os que querem aprender ou ensinar sobre os povos indígenas das Américas.

Para obter *Redescubriendo América* e *Rethinking Columbus*, dirigir-se a NECA, 1118 22nd Street, N. W., Washington, D. C. 20037 (telefone: 202-429-0137), EUA.; ou *Rethinking Schools*, 1001 E. Keefe Avenue, Milwaukee, Wisconsin 53212 (telefone: 414-964-9646), EUA.

---

A **1992 Alliance** foi organizada nos Estados Unidos em 1990 para coordenar a resposta dos povos indígenas ao Quinto Centenário. A Aliança utilizou "a oportunidade do Quinto Centenário para continuar os esforços dos povos nativos no sentido de educar outros a respeito das nossas filosofias e perspectivas, a fim de proteger melhor as nossas terras e culturas contra colonização adicional e degradação ambiental."

Suzan Shown Harjo, Coordenadora Nacional da Aliança (além de presidente e diretora executiva da *Morning Star Foundation*, a organização patrocinadora da Aliança) foi assistente especial do gabinete do Secretário do Interior dos Estados Unidos no fim da década de 70. Uniu-se a uma ampla série de americanos nativos proeminentes para apresentar o ponto de vista da Aliança sobre o Quinto Centenário por meio de entrevistas e

artigos em jornais publicados em todo o país.

Outros empreendimentos para educar o público incluíram um serviço de porta-voz, calendário de eventos e publicação de uma guia do organizador para planejar atividades locais. A Aliança também organizou uma campanha de âmbito nacional para servir alimentos dos povos nativos na semana de 12 de outubro de 1992. O Projeto para Promover Alimentos Nativos e Alimentar os Famintos trabalhou com as cozinhas comunitárias e outros fornecedores de alimentos na compilação de receitas, preparação de menus, pedidos de doação de alimentos e recrutamento de voluntários.

Naquela mesma semana, cerca de 120 pensadores de destaque americanos nativos reuniram-se para discutir as suas idéias, perspectivas e planos para o desenvolvimento e proteção dos respectivos povos e meio ambiente nos próximos 500 anos. Um vídeo de duas horas sobre a conferência está em preparação para ser divulgado na televisão nacional.

Dirigir perguntas sobre a Aliança à 1992 Alliance, The Morning Star Foundation, 403 Tenth Street, S. E., Washington, D. C. 20003 (telefone: 202-547-5531), EUA.

---

O **Directorio de Organizaciones Indígenas de América**, publicado pela *Comisión Quinto Centenario*, da Espanha, reúne numa única publicação informação sobre 26 organizações indígenas das Américas. A Comissão enviou questionários a centenas de organizações. As respostas a 25 perguntas foram usadas para proporcionar uma perspectiva profunda das suas metas e atividades. O *Directorio* também oferece informação pormenorizada sobre aspectos demográficos das áreas em que as organizações trabalham, idiomas falados e principais problemas a serem enfrentados. Este guia é publicado em espanhol e também inclui opiniões resumidas sobre o Quinto Centenário. Para maiores informações, dirigir-se a *Comisión Quinto Centenario*, Avenida Reyes Católicos, 4, 28040 Madri, Espanha (telefone: 243 04 28).

— Anna M. DeNicolò e Lawrence Binda

# FUNDAÇÃO INTERAMERICANA

---

**Conselho**  
**Diretor**

**Frank D. Yturria**, Presidente; Yturria Ranch Enterprises  
**James R. Whelan**, Vice-Presidente; The Whelan Group  
**Bernard W. Aronson**, Secretário Adjunto de Estado de Assuntos Interamericanos  
**James H. Michel**, Administrador Adjunto, Divisão para a América Latina e o Caribe, Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos  
**William K. Reilly**, Administrador, Agência de Proteção Ambiental, Washington, D. C.  
**Ann Brownell Sloane**, Diretora, Sloane and Hinshaw, Inc.  
**Norton Stevens**  
**Paul E. Sussman**, Chefe de Operações, Day Surgicenters, Inc.

---

**Bolsas da  
Fundação  
Interame-  
ricana**

A Fundação instituiu quatro programas de bolsas em apoio a profissionais do desenvolvimento e pesquisadores da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos, cujos interesses de pesquisas e carreira se relacionam com atividades de desenvolvimento entre as pessoas de baixa renda. Dois desses programas apóiam a pesquisa de campo na América Latina e no Caribe nos níveis de mestrado e doutorado; outro traz eruditos e profissionais latino-americanos e caribenhos aos Estados Unidos para treinamento avançado; um novo programa, a Bolsa Interamericana Dante B. Fascell, apóia atividades de divulgação do desenvolvimento de base de líderes latino-americanos e caribenhos de destaque.

As matérias das bolsas giram em torno dos seguintes assuntos: 1) natureza de eficientes organizações de base entre as pessoas de baixa renda; 2) natureza de eficientes organizações intermediárias ou de serviços; 3) avaliações sistemáticas de atividades locais de desenvolvimento, tais como estudos de programas e projetos de desenvolvimento destinados a beneficiar as populações mais pobres, inclusive pequenas empresas do setor informal, mulheres arrimos de família, populações indígenas isoladas e pescadores artesanais.

Endereço para inscrição e consultas:

IAF Fellowship Program — Dept. 111  
901 N. Stuart Street, 10th Floor  
Arlington, VA 22203  
EUA

## Índice

A perspectiva de lá da terra firme:  
Os indígenas centro-americanos e  
o Quinto Centenário

Mac Chapin

Do protesto à produtividade: A evolução  
das federações indígenas no Equador

Anthony Bebbington,  
Hernán Carrasco,  
Lourdes Peralvo,  
Galo Ramón,  
Víctor Hugo Torres  
e Jorge Trujillo

De volta ao futuro: Etnodesenvolvimento  
entre os Jalq'a da Bolívia

Kevin Healy

Segurança de alimentos e  
desenvolvimento no Haiti

Forum • A marcha do desenvolvimento  
Livros • Recursos